

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Linaia de Vargas Palacio

**Construindo masculinidades: uma análise de elementos curriculares do Instituto
Parobé sob a perspectiva de gênero (1906-1930).**

Porto Alegre

2013

Linaia de Vargas Palacio

Construindo masculinidades: uma análise de elementos curriculares do Instituto Parobé sob a perspectiva de gênero (1906-1930).

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Natalia Pietra Méndez

Porto Alegre

2013

Linaia de Vargas Palacio

Construindo masculinidades: uma análise de elementos curriculares do Instituto Parobé sob a perspectiva de gênero (1906-1930).

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em História.

Aprovado em:

Conceito:

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Natalia Pietra Méndez (orientadora) – UFRGS

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt - UFRGS

Prof.^a Dr.^a Luciane Sgarbi Santos Grazziotin - Unisinos

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Rejane de Vargas Palacio e José Carlos da Silva Palacio. Nem toda consideração do mundo seria suficiente pra retribuir tamanha dedicação. A pessoa que me tornei é fruto do amor incondicional de vocês, obrigada.

Obrigada também ao restante da família, que acompanhou essa trajetória muito de perto, pessoas a quem serei eternamente grata, é inviável citá-los todos.

À professora Natalia Pietra Méndez pela orientação, que muitas vezes rompeu as barreiras acadêmicas, pelas valiosas leituras, correções e sugestões a este trabalho. Minha profunda admiração e minha gratidão.

Também não poderia deixar de citar outros professores que foram essenciais na minha formação. Sílvia Petersen, que me acolheu como bolsista em sua pesquisa e com quem aprendo muito a cada encontro, Enrique Serra Padrós, Benito Schmidt, Rivair Macedo e Fernando Seffner, todos grandes responsáveis pela historiadora que pretendo me tornar.

Agradeço aos colegas de curso com quem partilhei lindos cinco anos de experiências. Não poderia deixar de citar Marina Gris, Guilherme Nunes e os cúmplices incansáveis que acompanharam cada avanço na execução desse trabalho, Laura Spritzer Galli, Grazielle Corso e Robinson Oliveira. A todos, muito obrigada, me orgulho de ter partilhado a graduação com pessoas tão admiráveis.

É necessário um agradecimento especial ao Fábio Viecili, meu companheiro e amigo, pelas leituras, apontamentos e críticas imprescindíveis nessa pesquisa, mas especialmente pelo amor que me dedicou. Obrigada.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo ensino público e a todas as pessoas que lutam pela construção de um espaço mais popular e democrático.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise de gênero acerca de alguns elementos do currículo escolar do Instituto Parobé, inicialmente denominado Instituto Technico Profissional. Para tanto, foram consultadas todas as fontes ainda restantes nessa instituição e que correspondessem desde o período de sua fundação até o final da chamada primeira República, em 1930. Assim, os principais documentos utilizados consistiram em Relatórios produzidos pela Escola de Engenharia de Porto Alegre, entidade a que o Instituto era vinculado. Finalmente, considerando que propósito do Instituto era a instrução de ofícios a jovens e adultos homens, será analisado de que maneira a formação moral, bem como os exercícios físicos e cuidados com o corpo podem inculcar sobre os estudantes um ideal de masculinidade a ser executado através da neutralidade da formação do aluno.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero - Masculinidades – Instituto Parobé – História da Educação.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
1 - FORMAÇÃO MORAL: HOMENS EXEMPLARES E A CELEBRAÇÃO DA PÁTRIA.....	17
1.1 - Contexto de emergência do ensino profissionalizante.....	17
1.2 – O Instituto Parobé	20
1.3 - Figuras Ilustres.....	24
1.4 - Moral e Civismo.....	30
2 - DISCIPLINARIZAÇÃO DOS CORPOS: EDUCAÇÃO FÍSICA, HIGIENE, MEDICALIZAÇÃO E TREINAMENTO MILITAR NO INSTITUTO PAROBÉ.....	36
2.1 - Ginástica e Prática Higienista.....	40
2.2- Treinamento Militar.....	44
2.3- Assistência Médica.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
FONTES COLSULTADAS E REFERÊNCIAS.....	58

INTRODUÇÃO

Este trabalho se pretende como uma análise de gênero acerca de algumas práticas escolares estabelecidas no cotidiano do Instituto Technico Profissional, posteriormente chamado de Instituto Parobé. O período analisado compreende desde sua fundação, no ano de 1906, até o final da chamada Primeira República, ou o ano de 1930. O estudo se encerra nesse intervalo devido às mudanças estruturais que ocorrem na política brasileira a partir do período Vargas. Embora existam fontes na instituição que muito tenham a contribuir sobre o impacto dessa nova era política sobre a instituição, o tempo de execução desse trabalho não possibilitaria uma abordagem qualitativa das fontes restantes, fazendo com que permaneçam a espera de um estudo mais detalhado.

A relevância dessa investigação já se bastaria pelo fato do Instituto se inserir num contexto de valorização da formação da mão-de-obra industrial da capital do Estado e por ser uma iniciativa da rede pública. Ocorre que, mais do que isso, o Instituto se estabeleceu no cenário educacional como destaque no ensino profissionalizante, exportando seus métodos didáticos para outros estados da federação¹. Dessa forma, é possível considerar que suas experiências possuam lugar pertinente na história da educação no Brasil. Por fim, penso que esse trabalho será produzido como um exercício reflexivo sobre as possibilidades de influência que uma instituição educacional pode exercer sobre as identidades de gênero de seus alunos. A partir dessas constatações, a organização curricular, a formação dos alunos e seu cotidiano disciplinar serão elementos valiosos para a investigação sobre as marcas das masculinidades forjadas nesse estabelecimento.

A Escola de Engenharia de Porto Alegre, entidade a que o Instituto Parobé era vinculado, publicava anualmente relatórios detalhados sobre seu funcionamento e também de todos os institutos e departamentos a ela ligados. Ao consultar esses relatórios é possível descobrir muitas informações sobre o Instituto Parobé, como os nomes dos alunos matriculados, aprovados ou não, as medidas administrativas ali

¹ CAMPOS, Daniela de. *O ensino profissional do rio grande do sul no início do século XX*. Texto elaborado a partir da dissertação de mestrado: CAMPOS, Daniela de. *O ensino profissional no Brasil e a criação do SENAI: o caso do Rio Grande do Sul*, 2004. 166p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, p. 2

tomadas, quem eram os professores e as disciplinas de cada ano. Informa também sobre as mudanças curriculares, criação e extinção de disciplinas, dentre outros aspectos do andamento de sua rotina. As principais fontes analisadas nesse trabalho foram, portanto, os Relatórios da Escola de Engenharia que permaneciam guardados no arquivo da, hoje denominada, Escola Técnica Parobé. Nas dependências da Escola Técnica também permaneciam guardadas algumas fotocópias das páginas da Revista EGATEA², mas apenas aquelas que faziam referência explícita a acontecimentos concernentes ao Instituto, contribuindo apenas de forma pontual para a pesquisa. Ainda assim, algumas informações coletadas nessas fotocópias foram muito úteis para a investigação sobre o seu funcionamento.

Não existindo estímulo a políticas arquivísticas de preocupação histórica na maior parte das instituições de ensino do país, é muito difícil encontrar documentos antigos guardados nesses locais. Quando existem, são mantidos por iniciativas internas e autônomas do corpo administrativo, como é o caso do resguardo dessas fontes. A delimitação da documentação foi feita buscando analisar todo o material restante na Escola Técnica Parobé que fosse concernente ao período estudado. Assim, foram levantados nove Relatórios com densas informações sobre o funcionamento de todos os Institutos ligados à Escola de Engenharia. A partir da leitura e fichamento desses relatórios, que foram complementados com as informações das fotocópias da revista EGATEA, foi se delimitando que aspectos do currículo seriam explorados nesta pesquisa. Há, ainda, mais exemplares desses Relatórios na Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS, referentes a alguns dos anos que faltam nessa pesquisa, mas que não foram levantados pela grande quantidade de leitura acumulada e conciso tempo para finalização da pesquisa, uma vez que as informações coletadas forneciam uma boa amostra para análise.

Compreendendo que essas fontes sozinhas não são capazes de sanar todas as questões a respeito das atividades do Instituto, bem como dos significados das decisões ali tomadas, foi levantada a bibliografia que pudesse contribuir para a interpretação das informações encontradas e também de suas lacunas, na medida em que surgiram. A

² Órgão passou a ser publicada pela Escola de Engenharia a partir de 1914 e versava sobre todas as questões que, direta ou indiretamente, dissessem respeito ao progresso do Estado e de suas classes produtoras, publicando artigos também sobre a ciência e a indústria. PESAVENTO, Sandra. Um discurso científico sobre a cidade: A Revista EGATEA da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1914-1930). Anais do Encontro Nacional da ANPUR - Porto Alegre, v. 8 (1999), p. 2.

análise teórica sobre as fontes ocorrerá especialmente considerando contribuições teóricas dos estudos de gênero, especialmente sobre masculinidades, formulações que abordarei mais profundamente ainda nessa introdução.

Não seria possível iniciar essa análise sem considerar, no entanto, as teorizações a respeito das novas relações de trabalho que se estabelecem depois da extinção da escravidão no Brasil. Nesse sentido, a dissertação de mestrado de Maria Stephanou muito tem a colaborar sobre as formas como essa instituição adotou mecanismos de disciplinarização dos seus estudantes, entrando em conformidade com o projeto de cidadania que a República necessitava. Assim, a formação dos trabalhadores livres não poderia se limitar à instrução de capacidades técnicas para novos ofícios, mas necessitava influenciar diversos âmbitos da vida desses homens, cercando suas experiências para garantir sua adequação³. A autora não aborda, todavia, o campo das sexualidade ou das identidades de gênero, sendo especificamente essa questão central a que se propõe o presente trabalho.

A identidade dos alunos do Instituto Parobé, bem como toda a ideia e ênfase em sua criação, certamente esta atrelada ao trabalho manual. É correto entender que jamais uma análise coerente poderia ser feita excluindo o fato de que os alunos que ali estudavam se formavam com vias de trabalhar em fábricas e empresas na cidade de Porto Alegre, portanto como parte da classe operária. Esse trabalho, no entanto, analisará mais profundamente questões diferentes das relacionadas à prática de ofícios que existia no Instituto, enfocando as formas como se executou a educação moral na instituição e, num segundo momento, a disciplinarização dos corpos daqueles estudantes. Nas fontes consultadas foi detectada mais uma variável que interessa às investigações de gênero, mas que infelizmente não é citada nos textos. As fotografias dos Relatórios apontam uma pequena incidência, porém continuada, de alunos negros em suas dependências. Não sendo intenção desse trabalho realizar uma análise iconográfica, ficaram essas questões a espera de uma averiguação mais profunda. Pode-se considerar que o fim da escravidão no Brasil era fato muito recente quando essa instituição já aceitava formar chefes de oficina negros, o que merece ser apurado numa pesquisa futura.

³ STEPHANOU, Maria. Forjando novos trabalhadores: a experiência do ensino técnico-profissional no Rio Grande do Sul (1890/1930). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 1990.p. 310

A primeira parte desse trabalho abordará, portanto, as formas como foi inculcido sobre os estudantes do Instituto um ideal de moral e condutas. Deste modo, foi feito um levantamento das condições econômicas e políticas de sua criação, conectando o surgimento do Instituto com as necessidades que o motivaram. Em seguida, já partindo de seus componentes curriculares, serão examinadas as formas de valorização das grandes personalidades políticas da república, sendo incluído nesse rol os políticos locais e técnicos envolvidos nos projetos da Escola de Engenharia. A formação da identidade masculina dos alunos estaria, assim, sendo estimulada a partir de um ideal de masculinidade exercido por essas figuras constantemente exaltadas no cotidiano da instituição. Em seguida, o primeiro capítulo se encerrará abordando as disciplinas de Educação Moral e Deveres Cívicos. Para tanto, serão considerados não apenas o ambiente formal em que eram ministradas, mas também os informais, como celebrações escolares. O intento é perceber como essas instâncias foram elaboradas pra influenciar a formação dos estudantes do Instituto, que necessitava especializar uma mão de obra qualificada e dócil ao trabalho industrial, e de que forma isso poderia influenciar suas identidades a partir do que significa "ser homem" nesse contexto.

Na segunda parte deste trabalho serão feitas algumas considerações sobre os mecanismos utilizados pelo Instituto com a finalidade de controlar as habilidades físicas dos alunos, monitorando e moldando também sua sexualidade através do controle dos seus corpos e performances. No currículo do Instituto os exercícios físicos consistiam em aulas de ginástica e também exercícios militares. A intenção é pensar como essas atividades poderiam influenciar as práticas e performances desses estudantes. A disciplina de Educação Física é avaliada num contexto em que o cuidado e a higiene com o corpo tomam cada vez mais força, assim, percebe-se que a capacitação de corpos saudáveis e preparados para o trabalho passa a se amparar em justificativas científicas de legitimação. Dentro do espaço da Educação Física também foram executados, no Instituto, exercícios militares. Tarefa tipicamente masculina, a formação militar demonstra estar intimamente ligada à execução de performances de masculinidade que apelam para a agressividade, carregando uma série de símbolos de respeito e poder exercidos pela violência disciplinarizada. Por fim, a última instância em que se insere o controle dos corpos, aqui analisada, será a assistência médica prestada no Instituto. Configurando um outro caráter desse movimento higienista que se abate sobre a sociedade, os cuidados preventivos de saúde e higiene, bem como o atendimento

médico ali realizado, formam um conjunto de práticas de regulação e controle da saúde e, conseqüentemente, da sexualidade que muito tem a dizer sobre o projeto de "novo homem" em que se inserem esses estudantes operários da República.

É preciso considerar que o currículo escolar é compreendido, aqui, como um conhecimento particular, historicamente formado, com o objetivo de exercer uma forma de regulação social que é produzida através de estilos privilegiados de raciocínio. Em outras palavras, os currículos são partes constitutivas das práticas escolares e como tais (re)produzem distinções⁴. A partir dessa constatação, serão levantados diversos aspectos vinculados à organização curricular do Instituto que, em seu conjunto, configuram práticas e regras que decaem sobre os estudantes estimulando um tipo de comportamento e cobrando determinados saberes que buscavam imprimir sobre eles uma forma correta de exercer sua masculinidade através da pretensa neutralidade da formação do aluno. Para tanto, é necessário considerar algumas observações prévias sobre como a noção de gênero será pensada nesse trabalho. Em seguida, abordar como se constituem, afinal, as masculinidades e como serão encaradas nessa investigação.

Em primeiro lugar, é preciso considerar o famoso texto de Joan Scott em que a autora afirma que o gênero é "a forma primeira de significar as relações de poder"⁵, sendo assim, analisar a sociedade a partir de uma perspectiva de gênero significa desnaturalizar uma dentre as tantas formas em que o poder se baseia, rompendo com as noções pouco complexas de que podemos encaixar os indivíduos em identidades binárias e simplistas de gênero. Partirei do pressuposto de que nenhuma característica considerada feminina ou masculina assim se manifesta por diferenças naturais entre os sexos. Me valendo do raciocínio de Guacira Lopes Louro, compartilho das premissas de que a sexualidade envolve um conjunto muito complexo de processos culturais e plurais, entre linguagens, representações e símbolos. Mesmo que avaliemos as diferenças dos corpos, existe todo um conjunto de interpretações sociais e culturais em relação à natureza do corpo que mudam com o passar do tempo, o que impossibilita que se recorra ao argumento do "natural" para explicá-las. Nossas noções de gênero e sexualidade só ganham sentido socialmente. Com o corpo não é diferente, a divisão de

⁴ POPKEWITZ, Thomas S. História do Currículo, regulação social e poder. In: SILVA, Tomáz Tadeu da (org). O sujeito da educação: estudos foucaultianos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 190-194

⁵ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila (trad.), 1989, p. 1-35, p. 21.

gênero sempre será demarcada pela sociedade em que se insere e sujeita às suas redes hierárquicas⁶. Por fim, são valiosas as afirmações de Judith Butler ao considerar as relações entre corpo e poder. A autora afirma que a materialidade corpórea, seus contornos e movimentos são suscetíveis às relações de poder, portanto nenhuma forma material, seja ela o sexo ou o corpo, pode ser entendida sem considerarmos as normas regulatórias em que estão imbricadas:

O "sexo" é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural⁷.

As fontes consultadas nessa pesquisa, por serem produzidas pela instituição, não forneciam informações muito complexas sobre como a organização pedagógica do Instituto se refletia sobre o grupo de alunos. Sendo assim, o foco dessa análise ocorrerá considerando a influência dessa instituição profissionalizante sobre os estudantes, mas não busca esgotar as possibilidades interpretativas acerca de como essas medidas se refletiam em suas vivências e identidades de gênero. Primeiro porque não analisa todos os componentes curriculares do Instituto, e nem poderia, devido à brevidade da pesquisa. Em segundo lugar, porque a subjetividade das pessoas está implícita nessa construção e pode gerar uma infinidade de reações. Segundo Weeks, esses dois âmbitos, sociedade e indivíduo, estão intimamente conectados porque no centro de ambas está o corpo e suas potencialidades⁸.

Para que se pense o lugar que a instituição escolar ocupa como alicerce das relações sociais, será útil voltar ao texto de Joan Scott uma vez mais. A autora argumenta que, uma vez que ocorram mudanças na organização social, como penso ser o caso do surgimento da República no Brasil, são desencadeadas mudanças na organização do poder e, contribuindo para essa afirmação, aponta que existem divisões em que o gênero se expressa nas relações sociais, interessando a esse estudo especialmente:

⁶ LOURO, Guarcira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade. Tomaz Tadeu da Silva (trad.), 2ª Edição, Autêntica, Belo Horizonte, 2000. Não numerado.

⁷ BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade. Tomaz Tadeu da Silva (trad.), 2ª Edição, Autêntica, Belo Horizonte, 2000. Não numerado.

⁸ WEEKS, Jeffrey. O CORPO E A SEXUALIDADE. In: LOURO, G. L. O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade. Tomaz Tadeu da Silva (trad.), 2ª Edição, Autêntica, Belo Horizonte, 2000, não paginado.

(...) os conceitos *normativos* que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, *educativas*⁹, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino. De fato essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de outras possibilidades alternativas e às vezes têm confrontações abertas ao seu respeito quando e em que circunstâncias, é isto que deveria preocupar os(as) historiadores(as). A posição que emerge como dominante é, apesar de tudo, declarada a única possível. A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto de um consenso social e não de um conflito¹⁰.

Mais uma vez é importante ressaltar que não se deve compreender a influência dos estabelecimentos de ensino como determinantes sobre as identidades sociais. Mas considerar que o tempo gasto nesses locais, os laços afetivos ali desenvolvidos, suas normas e atividades certamente possuem pertinente influência sobre os grupos que envolve. Afinal, como afirma Louro, frequentar a escola é uma das formas de distinção social, assim "os corpos dos indivíduos devem, pois, apresentar marcas visíveis desse processo; marcas que, ao serem valorizadas por essas sociedades, tornam-se referência para todos"¹¹.

Também gostaria de ressaltar a importância política de se historicizar o gênero a partir do masculino. Os estudos de gênero vem demonstrando como as características consideradas femininas se pautam por constructos sociais. Assim, a posição hierarquicamente inferior das mulheres na sociedade patriarcal prova se sustentar por premissas que podem - e devem - ser desnaturalizadas e desafiadas. Da mesma maneira, é necessário que a masculinidade sofra esse processo de desconstrução, até que os estudos de gênero sejam igualmente associados ao feminino e ao masculino. A historiografia tradicionalmente propôs que a abordagem de seus temas ocorresse de um ponto de vista neutro. Isso significou por muito tempo que generalizações como "homens" ou "povo" eram utilizadas para dar conta da totalidade de um evento, e assim eram aceitas, quando, na verdade, na maior parte das vezes, se referiam a um grupo social específico, usualmente formado por homens, por vezes apenas homens letrados ou representantes de classes abastadas. Essa noção de neutralidade, que na verdade trata do masculino, vem sendo questionada há algumas décadas por movimentos sociais que tem reivindicado sua participação na história, como é o caso do movimento negro, do movimento feminista e do LGBTTT's (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais

⁹ Grifos meus.

¹⁰ SCOTT, op. cit., p. 21-22

¹¹ LOURO, op. cit., não numerado.

e transgêneros). Para além de fazermos análises que rompam com essa interpretação excludente do nosso passado, é de extrema importância que a neutralidade associada ao masculino também seja questionada do ponto de vista de sua natureza, partindo do pressuposto de que as características consideradas masculinas – assim como as femininas – são socialmente construídas. Ao comentar essas mudanças na perspectiva historiográfica, abordando a história da educação, concordo com Louro quando aponta que "na busca de um pretense coletivo, o que se consegue é uma generalização vaga que expressa muito pouco da diversidade e complexidade do tecido social" e conclui que há poucos estudos sobre a educação de mulheres, mas ainda menos sobre a educação masculina, considerando que as pesquisas sobre gênero devem problematizar ambos processos de formação. A autora avança em suas constatações quando indica que o historiador - ou historiadora - que se propõe a pensar sobre a história da educação a partir de uma perspectiva de gênero deve considerar que "há um conjunto bastante complexo e contraditório de expectativas e de atribuições designadas para cada um dos gêneros"¹².

Por fim, é necessário aproximar-me das noções de masculinidades utilizadas nesse trabalho. Durante toda a pesquisa, a teoria de R. W. Connell foi essencial para que os elementos que compõem a masculinidade ideal reproduzida pelo Instituto fossem compreendidos. Connell argumenta que toda expressão de masculinidade é complexa e contraditória. Não se pode alegar, por exemplo, que a masculinidade é o conjunto de características dos homens porque isso não dá conta da complexidade da personalidade humana e enquadraria a masculinidade das mulheres e feminilidade dos homens no conceito de "desvio". O fato da masculinidade ser permeada de elementos contraditórios é o que dá razão a sua dinâmica histórica¹³. Assim, é possível entender tanto a masculinidade quanto a feminilidade como *projetos de gênero*. Esses projetos possuem uma configuração prática ao longo do tempo, que transformam seus pontos de partida em estruturas de gênero¹⁴.

A partir dessas estruturas surge o que é definido como masculinidade hegemônica. Basicamente toda cultura classifica um conjunto de condutas e sentimentos

¹² Guacira Lopes. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. *Revista Projeto História*, São Paulo, (11) nov. 1994. Não paginada.

¹³ CONNELL, R. W. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206. jul./dez., 1995, p. 189.

¹⁴ CONNELL, R. W. *Masculinities*. Second edition. University of California Press. Berkeley and Los Angeles, California, 2005, p. 72.

como próprios aos homens. Ao mesmo tempo, a feminilidade e todas as características associadas às mulheres se configuram como o oposto desses hábitos, num movimento crescente em que diversos organismos sociais como família e escola contribuem para reforçar. Por fim, essas características são internalizadas, mas não de maneira uniforme ou estável¹⁵. Miguel Vale de Almenida ajuda a compreender como a masculinidade hegemônica se erige socialmente. Seguindo o raciocínio da internalização de condutas e sentimentos, há um modelo cultural ideal inatingível para a maioria dos homens que exerce sobre todos um efeito controlador. Esta implicado aí um discurso sobre a dominação e a ascendência social que só é plenamente acessível a homens, como um privilégio em potencial¹⁶. Connell explicita que a luta por hegemonia é mantida por grupos de homens que buscam o domínio através da definição social de masculinidade, então, essa posição dominante garante bens materiais e vantagens psicológicas. Em contrapartida, as vantagens agregadas a esse ideal também motivam sua contestação, o que garante o constante desafio das normas patriarcais vigentes. Se as condições de sua sustentação mudam continuamente, então o padrão hegemônico se transforma ao longo do tempo, mais um elemento que concorre para sua desnaturalização¹⁷. Então, é significativo considerar que a existência de uma masculinidade hegemônica não impede que coexistam outras. Os projetos que envolvem as configurações de gênero não são mecânicos, mas dialéticos, e podem gerar infinitas reações, inclusive contrárias a seu funcionamento¹⁸. Em posições hierárquicas diversas e delimitadas, ainda se desenvolvem masculinidades subordinadas, de cumplicidade e marginalizadas. Embora se encontrem em desvantagem em relação ao grupo hegemônico, se beneficiam do sistema patriarcal em diversas esferas e sempre mais do que as mulheres. Nessa pesquisa foi detectada a construção de uma masculinidade marginalizada em relação à hegemônica, tópico que será melhor esclarecido no primeiro capítulo.

Em síntese, essas observações tocam apenas superficialmente na teorização de gênero que poderia ser abordada muito mais profundamente. No entanto creio que, para as reflexões feitas nesse trabalho, sejam o aporte necessário ao entendimento de que não

¹⁵ CONNELL, *Ibid.*, 190.

¹⁶ ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, sexualidade e poder. Comunicação apresentada no simpósio "Panorama da Antropologia Portuguesa", Associação Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro, 1995. Não paginado.

¹⁷ CONNELL, 1995, p. 192.

¹⁸ *Ibid.*, p. 190.

se pretende cair em reducionismos, mas contribuir para desconstrução dos conceitos de masculinidades, bem como para a diferença baseada no sexo.

1 - FORMAÇÃO MORAL: HOMENS EXEMPLARES E A CELEBRAÇÃO DA PÁTRIA

1.1 - Contexto de emergência do Instituto do Ensino Profissional

O período do final do século XIX e início do século XX significou, para o Brasil, um momento de expressivas mudanças na estrutura social e econômica do país. Com o fim do trabalho escravo, a economia inicia um processo de transformação de seu perfil, convertendo investimentos do setor agro-exportador para o urbano-industrial, estabelecendo e incentivando relações assalariadas e atividades fabris. Pouco tempo após a abolição da escravidão, é fundada a República Federativa do Brasil, extinguindo o sistema monárquico. Para compreender esse processo de transformação da estrutura política e econômica do país, bem como as peculiaridades concernentes à realidade do Rio Grande do Sul, é importante que se considere a ideologia positivista e sua influência sobre os intelectuais e políticos gaúchos. Segundo Sandra Pesavento, os princípios "ordem e progresso", são significativos norteadores destas mudanças que se põem em curso na sociedade, sendo "a ordem burguesa o elemento a conservar e o progresso econômico, o objetivo a cumprir"¹⁹.

Neste ponto, a pesquisa bibliográfica realizada indica que o Partido Republicano Rio-grandense teve grande influência na difusão do ideário positivista no estado. Seu surgimento²⁰ trouxe uma proposta de solução aos problemas sociais através de um projeto modernizador que se baseava nas ideias de Augusto Comte. Assim, resumidamente, pode-se dizer que os políticos ali representados defendiam a construção de uma sociedade racional, para a qual o capital ditaria a organização social, em que a incorporação do proletariado se tornaria um elemento necessário, mas que ocorreria sob o controle do estado.²¹ Desde a proclamação da república o Rio Grande do Sul se encontrava sob a administração do PRR que, não representando os interesses das elites

¹⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Racionalização da produção e ensino profissional: a aliança entre o governo e o capital (RS: 1889-1930). *Revista Análise Econômica*. 1990, ano 8, n. 13, p. 146.

²⁰ O Partido Republicano Rio-Grandense foi fundado em 1822. QUEIRÓS, Cezar. *O Governo do Partido Republicano Rio-Grandense e a Questão Social (1895-1919)*, p. 22.

²¹ CORSETTI, Berenice. *Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930)*. Cadernos de Educação, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas, julho/dezembro 2008. p.61.

tradicionais, executou um plano de reestruturação social e econômica que focava o estímulo a outros setores sociais.²² Esse investimento, que acabou incluindo o setor industrial, tornou possível que, em consonância com os interesses de empresários, fossem investidos recursos não apenas na formação de profissionais técnicos no ensino superior, mas também em operários que pudessem ingressar nesse mercado com qualificação. Pode-se apreender que houve uma guinada liberal orientada por uma administração autoritária e conservadora do PRR, instituição para a qual a educação possuía grande valor, não apenas para a ideologia positivista de maneira genérica, mas como instrumento efetivo de veiculação ideológica na realidade local. A educação moral e a prática do trabalho regular orientados por um discurso científico, se transformaram em grandes aliados do controle social, reordenando e diluindo os conflitos com um discurso modernizante que evocava o "bem comum"²³.

Essa nova orientação política, que visou uma administração mais moderna baseada no capitalismo, impulsionou o estabelecimento de processos industriais mais técnicos, ou mais científicos, em detrimento da produção artesanal, fenômeno analisado por Pesavento como uma "racionalização da produção". Assim, compreende-se que todo investimento na industrialização visou a legitimação institucional de um processo que beneficiou em larga escala a burguesia industrial.²⁴ Em concordância com esse estímulo, houve a criação de estabelecimentos de ensino que visavam a preparação de profissionais que pudessem dar conta dessa transição modernizadora que estava em curso. Assim, buscaram-se métodos de dominação que colaborassem com essa nova ordem social a partir do trabalho livre, ou seja, revestidos de um caráter democrático. Partindo desse raciocínio, Corsetti associa a educação a uma dessas estratégias diferenciadas de poder que irão auxiliar a classe dirigente de então a compor um novo ideário que dê conta de fazer a manutenção da sociedade em consonância com seus interesses. Esse ideário contava com a edificação de um Estado-Nação forte e moderno, para o qual um dos elementos significativos foi o maior investimento e mudanças no sistema educacional, que ela define da seguinte maneira:

Uma educação física, intelectual e moral da mocidade, com a finalidade de possibilitar ao espírito todas as noções necessárias para melhor garantir a

²² QUEIRÓS, op.cit, p. 20.

²³ CORSETTI, op. cit, p. 61.

²⁴ PESAVENTO, op. cit., p. 149.

ordem, colocou-se como central para que todos os homens tivessem consciência de seu papel social²⁵.

Outro ponto significativo a se analisar, portanto, é que o trabalho passa a ser visto como força modeladora dos homens, afinal de contas, o que antes era considerado como uma atividade ultrajante, por ser executada pelas mãos de pessoas escravizadas, passaria a ser um feito digno, contribuição livre dos homens do país. Surge, assim, um movimento de valorização da relação contratual de trabalho, em que o trabalhador passa a enxergar não apenas a participação na produção de riqueza, mas a possibilidade de atingi-la, estabelecendo uma relação direta entre produção e recompensa adquirida por uma via que torna-se nobre²⁶. Mais do que isso, enquanto a monarquia pautava toda sua estrutura econômica pela escravidão, instaurar uma república também significava negar elementos fundamentais desse sistema. Uma das maneiras de provar para a população os benefícios dessa mudança seria através da educação conscientizadora, cujo objetivo era estimular a consciência nacional através do exercício da cidadania. A partir de então, somando a questão do trabalho se tornar uma atividade livre e essencial para a edificação de uma nação moderna ao fato da educação ter se tornado uma ferramenta útil para a dominação da população, percebe-se que a educação profissional surgiu como um investimento valioso aos interesses da classe dirigente. Nas palavras da autora:

Enfrentando o problema complexo da organização do trabalho, o projeto político republicano envolveu a educação e seu caráter profissionalizante como instrumento capaz de formar cidadãos prontos a se adequarem ao mercado de trabalho. Na verdade, processava-se uma mudança relevante nos mecanismos de coerção social, sob o projeto de hegemonia de uma fração dos segmentos dominantes. Nesse processo, a educação tornava-se o instrumento da “liberdade”, devido à tarefa que lhe cabia de transformar os indivíduos em cidadãos, permitindo-lhes assumir sua posição na sociedade em face dos seus “direitos e deveres”. Em todo esse processo, o Estado desempenhava o papel de regulador da sociedade mantendo-a em harmonia e esta harmonia passava necessariamente pela organização do trabalho.²⁷

Pesavento, ao tratar sobre a mesma questão, comenta que a função moralizadora da educação não tratava apenas de regular a conduta do cidadão a normas condizentes ao "viver social", porque também se dirigia à essência de questões sociais concernentes ao próprio capitalismo como, por exemplo, a inovação tecnológica²⁸. A racionalização e a educação se tornam, portanto, elementos chave da construção desse almejado

²⁵ CORSETTI, op. cit. p.59.

²⁶ Ibidem, loc. cit.

²⁷ Ibidem, p. 60,61.

²⁸ PESAVENTO, 1990, p. 147.

progresso que ocorrerá através da ordem social. Tão importante quanto o caráter científico, da transmissão do saber que a educação carrega, torna-se a conotação moral que suas instituições transmitem, pautando condutas, ideologia e hábitos a partir da ordem burguesa.

Existem alguns elementos levantados por Corsetti que ajudam a compreender melhor essa mudança nas políticas educacionais e também como foram possíveis. Resumidamente, definem-se pela intervenção da bancada gaúcha no parlamento nacional, pela mediação com a Igreja Católica e pela construção de um imaginário republicano criador da “consciência nacional”. A premissa da "liberdade de ensino", por exemplo, foi amplamente defendida pelos parlamentares do PRR, que reivindicaram autonomia do Governo Nacional. A autora ainda faz uma interessante síntese das principais características da intervenção dos políticos positivistas no setor, em que se destacam para esse trabalho, especialmente, o estímulo e apoio, inclusive com verbas públicas, ao ensino técnico-profissional e superior privados. Além disso, a escola passa a reservar espaços para instituição de políticas de saúde preventiva através da formação da “consciência sanitária da população”, bem como de assistência social. Por fim, entende-se que a escola pública serviu para auxiliar a formação de uma mentalidade adequada ao processo de modernização conservadora promovido pelo Estado, diferenciando os saberes como parte da própria lógica da dominação e da construção do processo capitalista patrocinado pelos dirigentes republicanos de orientação positivista²⁹.

Finalmente, é oportuno avaliar que a autoridade do governo estadual se impunha de forma muito controladora, uma vez que a hierarquia e a centralização foram sua marca registrada. Basicamente, as autoridades máximas exerciam um controle muito próximo das atividades dos professores, diretores e demais funcionários das escolas públicas, política que intensificou com o passar dos anos³⁰. Pode-se compreender, assim, a ligação direta que havia entre a Escola de Engenharia de Porto Alegre e os líderes políticos do Rio Grande do Sul.

1.2 – O Instituto Parobé

²⁹ CORSETTI, op. cit., p. 63,64.

³⁰ Ibidem, p.67.

Monica Wazlawoski argumenta que a Escola de Engenharia de Porto Alegre foi "a grande contribuição dos positivistas na área da educação". Fundada em 1896, essa escola foi planejada pautando-se pelo projeto comteano da universidade técnica. Sua estrutura contava com vários institutos de ensino superior, secundário e profissional, que originaram mais tarde a Escola de Agronomia, a Escola de Engenharia, o Colégio Júlio de Castilhos, o Instituto Parobé, entre outros.³¹

A bibliografia referente à história da Escola de Engenharia converge, portanto, para o pressuposto de que a instituição foi um elemento importante de legitimação dos interesses do PRR, assim como das classes que representava, tendo sido fundada por engenheiros militares e civis que transformaram a instituição num grande centro de difusão das ideias do Comte.³² Franco e Morosini a classificam mesmo como "parte ideológica e instrumental do Estado". A coesão de princípios entre o PRR e a Escola, os constantes elogios publicados aos membros do governo gaúcho, a sustentação financeira da Escola pelo Estado e a presença de figuras proeminentes ocupando posições concomitantemente em sua administração e no setor legislativo e executivo do estado são bons indícios desse argumento³³. A Escola de Engenharia era, dessa forma, a opção de ensino superior que se destinava à formação da elite de técnicos, enquanto os institutos profissionais ligados a ela possuíam como objetivo a formação do operariado. Pesavento argumenta que esse sistema reproduzia, assim, a distinção positivista entre ciência e a técnica.³⁴

Sendo as fontes que restaram referentes ao Instituto Parobé todas produzidas pela sua própria administração, acabaram figurando um registro oficial, que pouco tem a contribuir sobre de que maneira ocorreu a recepção da organização disciplinar que o Instituto planejou entre o corpo de alunos, como já comentado. As formas como se

³¹ WAZLAWOSKI, Monica Franciele. *A engenharia como profissão: o profissional de engenharia através das páginas da revista EGATEA e do Boletim da Sociedade de Engenharia do Rio Grande Do Sul (1914-1941)*. Porto Alegre: PUCRS, 2011. p. 47.

³² PESAVENTO, p. cit., p. 149.

³³ FRANCO, Maria Estela Dal Pai. MOROSINI, Marília Costa. *Escola de Engenharia de Porto Alegre (1896-1934): hegemonia política na construção da universidade*. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 19, p. 39-57, abril. 2006., p.51. Para uma discussão aprofundada acerca dos cargos políticos ocupados pelos diretores da Escola de Engenharia, consultar: HEINZ, Flávio M. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública. *Revista Brasileira de História.*, 2009, vol.29, n.58, pp. 263-289.

³⁴ PESAVENTO, op. cit., p. 148,149.

deram suas resistências ou assimilações em relação a todo o conjunto de saberes - técnicos, manuais, morais - incutidos em seu funcionamento pouco ou nada aparecem nos Relatórios produzidos pela Escola de Engenharia de Porto Alegre. Ainda assim, apontaram diversos aspectos em no projeto educacional que permitiriam a análise de como foi construído o ideal de aluno na instituição. Destacou-se, por exemplo, sua relação com o trabalho manual, o que já foi amplamente abordado no trabalho já citado de Maria Stephanou.

Assim, desde, pelo menos, 1887 o Intendente José Montauray discutia no Conselho Municipal a possibilidade de criação de um Liceu de Artes e Ofícios em Porto Alegre, visando atender a necessidade das fábricas que vinham se instalando na cidade³⁵. Devido à demora que a municipalidade apresentou para execução do instituto em questão, foi decidido pelo poder público que a Escola de Engenharia seria responsável pelo currículo, administração e mesmo da construção do prédio para o funcionamento de uma escola profissional. Assim, em 1906 foi aberto, nos porões da Escola de Engenharia, um curso técnico gratuito atendendo inicialmente a 15 meninos. Ocorre que, em 1907, a municipalidade acabou fundando a Escola Benjamin Constant, como designação do já citado projeto de liceu que circulava no Conselho Municipal, escola essa, que passou a atender o mesmo público e executar a mesma função do Instituto Técnico Profissional mantido pela Escola de Engenharia.

Foi apenas no ano de 1909 que dificuldades econômicas na manutenção da Escola Benjamin Constant fizeram com que a Intendência Municipal a fundisse com o Instituto Técnico Profissional, passando a funcionar somente o segundo, instituição que seria mantida, a partir de então, por recursos municipais e estaduais. O Instituto Technico Profissional, que passou a chamar-se Instituto Parobé a partir de 1917, em homenagem ao falecimento do engenheiro que o fundou, funcionou ministrando, ao longo do período estudado, quatro divisões de cursos, todos gratuitos: o curso masculino, o curso noturno - que visava a especialização dos operários que trabalhavam durante o dia -, o curso feminino, que vigorou de 1920 a 1934 e, por fim, uma divisão que funcionava pelos institutos industriais do interior do estado, que possuía a mesma estruturação do curso técnico masculino.

³⁵ STEPHANOU, Maria. Aprender trabalhando: a experiência do Instituto Técnico Profissional Parobé (1907-1930). In: *Histórias e memórias da educação do Rio Grande do Sul*. BASTOS, Maria Helena Camara, TAMBARA, Elomar, KREUTZ, Lucio (orgs.) Pelotas, Seiva, 2002, p. 250.

Daniela de Campos aponta algumas características importantes para se compreender como ocorreu a inserção desse público alvo no sistema de educação profissional do Rio Grande do Sul:

A incorporação do proletariado à sociedade rio-grandense, como propugnado pelos positivistas, deveria ser efetuada de forma ordeira e organizada por aqueles que aspiravam ao estado positivo da sociedade. Para os positivistas não era concebível a incorporação daquela parcela da sociedade mediante processo revolucionário, por isso uma das formas de fazer com que os trabalhadores participassem no crescimento social seria através do trabalho e da adequada formação dessa mão-de-obra para o trabalho industrial.³⁶

Enquanto aumentava a procura por mão-de-obra qualificada, os industriais mostravam interesse pelos alunos formados no Instituto. Se, por um lado, a Escola de Engenharia formava o dirigente do processo industrial, o Instituto Parobé preparava os mestres de oficina, que eram subordinados aos engenheiros dentro do esquema produtivo das empresas. Assim, "ensino superior e ensino técnico se complementavam e serviam articulados aos interesses dos industriais rio-grandenses"³⁷. O Instituto Parobé dividia suas aulas em teóricas e práticas, conforme a concepção de Comte. Em oficinas especiais, o ensino prático tinha a intenção de realizar trabalhos de carpintaria, marcenaria, modelagem, fundição, caldeiraria e ferraria, ajustadores, eletricidade e galvanoplastia³⁸. Em que pese sua preocupação com processos de modernização, tanto o texto de Campos como o de Pesavento salientam a constante dedicação em manter os aparelhos e máquinas do Instituto Parobé atualizados em relação à indústria, simbolizando, para os positivistas, a afinção com o símbolo máximo do progresso.

Ainda, torna-se essencial, para compreender o projeto em que se insere o Instituto, considerar que o grande investimento em formação profissional no estado deveria ocorrer sob a tutela do governo, da mesma maneira como ocorriam os investimentos na Escola de Engenharia. Lima nos dá a dimensão, a partir da hierarquia da instituição, de como a execução das atividades permanecia sempre sob o controle da direção e em conformidade com as diretrizes do Estado: "O contramestre encontrava-se subordinado ao mestre, que por sua vez era dirigido pelo Engenheiro-Chefe, que deveria

³⁶ CAMPOS, Daniela de. O ensino profissional do rio grande do sul no início do século XX. Texto elaborado a partir da dissertação de mestrado: CAMPOS, Daniela de. O ensino profissional no Brasil e a criação do SENAI: o caso do Rio Grande do Sul, 2004. 166p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, p. 8.

³⁷ CAMPOS, loc.cit.

³⁸ LIMA, Raquel Rodrigues. *Liceu Parobé: um instituto das artes e ofícios*. In: Os Liceus de Artes e Ofícios do Rio Grande do Sul: 1900-1930. Porto Alegre: UFRGS, 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - UFRGS, Porto Alegre, 1995, p.76.

prestar contas ao Diretor da Escola de Engenharia, que, por sua vez, era de total confiança do grupo político em exercício na época"³⁹. Pode-se inferir que o governo do estado se mantinha verdadeiramente empenhado na manutenção do controle direto das instituições educacionais.

Por fim, essa breve introdução às condições de fundação do Instituto Parobé não é capaz de dar conta da complexidade de seu funcionamento, nem mesmo esgota as características que serão analisadas ao longo do trabalho. Visa apenas contextualizar brevemente o cenário em que se instaura a escola, para que seja possível introduzir os elementos teóricos dessa investigação de forma inteligível. Sua organização curricular, a formação dos alunos, as maneiras como se executa a disciplina do seu cotidiano, são componentes que fornecem pistas de como compreender as marcas das masculinidades forjadas nessa instituição.

1.3 - Figuras ilustres

Como já citado anteriormente, o Instituto Technico Profissional passou a funcionar sob a tutela da Escola de Engenharia de Porto Alegre no ano de 1906 e visava formar mestres e contra-mestres que pudessem conduzir as oficinas do cada vez mais incipiente movimento de industrialização que se instaurava na capital. Embora se trate de um texto produzido muitos anos depois da inauguração do Instituto, o resumo padrão adotado nos Relatórios a partir de 1926 pode sintetizar de maneira contundente a função a que se dedica o Instituto, sendo a "secção de ensino secundario superior technico profissional de mecanica, de artes e officios, que se destina a preparar mestres e contra-mestres"⁴⁰. Apesar de alguns trabalhos, entre artigos e investigações mais detalhadas, já terem abordado trajetória do Instituto⁴¹, será útil retomar brevemente à maneira como se organizava a instituição para que o texto flua de forma mais coesa.

Basicamente, o objetivo de criação do Instituto Technico Profissional era oferecer aulas de forma gratuita a alunos de famílias operárias ou advindos de uma

³⁹ Ibidem, p. 77.

⁴⁰ ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1926, p. 70.

⁴¹ Sobre esse tema, ver Campos (2004), Lima (2000) e Stephanou (1990).

realidade pobre para instruí-los num ofício de extrema importância para o bom funcionamento de empresas e fábricas em geral, ou mesmo para que abrissem suas próprias oficinas, prestando serviços úteis à população. A referência explícita às exigências de atestado de pobreza ou para que fossem filhos de operários consta em fonte consultada por Maria Stephanou referente à Escola Benjamin Constant⁴², as quais não tive acesso. Mas ao considerarmos a fusão dessa escola com o Instituto Technico Profissional e a constante referência à origem proletária ou às condições humildes dos alunos ao longo dos anos, pode-se concluir que há fortes indícios de que esse público alvo tenha se mantido. Apesar da Escola de Engenharia de Porto Alegre nortear os direcionamentos pedagógicos dos institutos ligados à ela, percebe-se que havia certa autonomia administrativa em todos eles, iniciativa que partia da própria Escola. Ainda assim, é importante notar que sua influência foi obviamente determinante no decorrer da história do Instituto, a começar pelos pilares da educação por ela ministrada, buscando ser:

(...) physica, intellectual e moral; desenvolvendo o segundo aspecto, especialmente no ponto de vista de sua applicação technica e profissional; a Escola, cuidando de cada uma dessas partes, procura integra-las na formação do sêr, submettido ao seu regimen⁴³.

Em 1919, procurando ampliar o público que atende, o então Instituto Parobé inicia um curso noturno e começa a planejar a instalação de um curso feminino. A diferença entre as aulas diurnas e noturnas seria que, no curso ministrado de dia, "se faz a preparação elementar e também a technica" e, à noite, "o aperfeiçoamento de operarios e a instrução de menores que não podem frequentar o curso diurno"⁴⁴. A especialização técnica do Instituto, resumidamente, pode-se assinalar que abrangeria seguintes seções: de construções mecânicas, de trabalhos em madeira, de artes do edifício e a de artes gráficas. A importância social dada à manutenção de instituições como essa pode ser percebida em texto inicial do Relatório de 1919:

(...) problema vital commum a todas as nações adeantadas: o ensino technico profissional considerado sob seu aspecto mais integral, isto é, na sua fidedigna accepção, que é a da solida preparação de engenheiros em geral, agronomos, artifices, capatazes; numa palavra, cultivar aptidões e formar energias efficientes para fecundarem as riquezas jazentes ainda pela diminuta capacidade technica de um paiz novo como verdadeiramente é o nosso, preparar homens que pela cultura theorico-pratica sejam adestrados e possam

⁴² A fonte, segundo a autora, é um relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente José Montauray em 1907.

⁴³ ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1922, p. IX.

⁴⁴ Ibid., loc. cit.

resolver os problemas mais variados e difficeis relativos á sua nobre profissão e ainda extender essa actividade educativa á formação do operario, cooperador necessario, que por sua intelligencia e conhecimentos praticos completará a organização do trabalho bem orientado que permittirá multiplicar rapidamente o progresso de todas as nossas industrias e mais o da nossa agricultura e pecuaria⁴⁵.

Nota-se, portanto, que os interesses da Escola de Engenharia, bem como os do Instituto, pareciam andar em consonância com as necessidades do mundo do trabalho sintonizando-o a um projeto de nação, conclusões que tendem a corroborar os argumentos da bibliografia consultada a respeito. Atendendo a uma formação que se voltava às necessidades da indústria, o Instituto cuidava da orientação profissional desde o curso elementar, que durava quatro anos e visava a preparação para o ensino técnico superior. Nesse curso eram ministradas as disciplinas de uma escola elementar, "dando-se a ampliação necessaria aos conhecimentos de mathematica, desenhos e sciencias"⁴⁶. E ainda nessa fase ocorria a iniciação aos officios manuais, com oficinas de cartonagem, vime, palha e metal, além da modelagem e confecção de brinquedos. Dessa forma, era possível que o aluno desenvolvesse habilidades e decidisse a especialização a seguir posteriormente.

É interessante nesse ponto avaliarmos os objetivos do Instituto já esclarecidos pela bibliografia consultada. Em primeiro lugar, é sabido que buscava direcionar o ensino, o máximo possível, aos officios que constavam no currículo, priorizando sempre o caráter técnico, profissional e prático das aulas. Se por um lado o curso elementar buscava desenvolver-se desde o "conveniente e rigoroso" ensino primário até as "generalidades humanísticas", o curso técnico representava o objetivo central da instituição, que era alcançar um elevado grau dos "conhecimentos technicos e profissionaes, subordinados aos fundamentos scientificos peculiares a cada caso"⁴⁷. Apesar da prioridade dos cursos estar bem estabelecida, é importante notar que o contraponto à ênfase no trabalho manual era a educação moral. Conforme aparece em diversos Relatórios, esse aspecto mereceu empenho constante da Escola e o que se pode perceber, de maneira geral, é que os exemplos de figuras ilustres e nomes importantes à época eram usados como verdadeiros guias do comportamento e da ética, contribuindo para o sentimento patriótico caro à classe dirigente:

⁴⁵ ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1919, p. primeira.

⁴⁶ Idem, 1926, p. 70.

⁴⁷ ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1922, p. X.

Além do culto religioso, franqueado e permitido a todas as crenças, o culto dos grandes homens, a comemoração das grandes datas, rememoras dos grandes feitos, que formam o patrimonio do nosso passado, como povo e como nação, é praticado⁴⁸.

Se avaliarmos a influência positivista na administração da Escola de Engenharia, bem como em seus Institutos, é fato constatado que a exaltação do sentimento ufanista significou mais uma das ferramentas de doutrinação desses trabalhadores que se formavam. Uma vez habilitados a desempenhar os ofícios que estudavam de forma competente, restava se espelharem no comportamento de homens exemplares para que contribuíssem para o crescimento do país inspirados pelo progresso ordeiro, pela contribuição "docilizada" de seu trabalho sem que causassem maiores atritos. A cooperação de chefes de oficinas especializados, que se encarregassem do bom andamento dos serviços, prezando pelo ponto de vista dos patrões era uma necessidade cada vez mais latente à economia.

Todos os Institutos ligados à Escola de Engenharia recebiam recorrentes visitas de técnicos renomados, figuras públicas reconhecidas como ministros e os presidentes do Estado. A cada pedra fundamental colocada pela inauguração de um novo prédio, a serviço de qualquer que fosse o Instituto, lá se faziam presentes homens ilustres, nomes importantes à execução do evento, bem como políticos que apoiaram a captação de recursos que possibilitaram tal obra. Também não falhavam as homenagens a engenheiros daquele núcleo, que de alguma maneira apoiaram o Instituto quando em ocasião de seu falecimento ou aniversário, o que indica forte conexão com o "culto à personalidade", prática típica da filosofia positivista. Essa conduta foi uma constante durante o período estudado, evidências que nos permitem compreender a exaltação de homens importantes como parte de um intento da elite em legitimar o regime. De acordo com José Murilo de Carvalho, esse processo de legitimação era feito através da manipulação de símbolos patrióticos e da criação de uma galeria de heróis⁴⁹.

O relatório de 1921 faz uma boa referência a quantidade de eventos que ocorriam anualmente em vias de homenagear pessoas importantes ao Instituto, ocasiões sempre associadas ao sentimento cívico: "Na data do natalício e na data do falecimento do Sr. Dr. J. J. Pereira Parobé, uma comissão de alumnos foi depositar ramalhetes de

⁴⁸ Ibid., p. X,XI.

⁴⁹ CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 82.

flores no tumulto do saudoso patrono deste Instituto"⁵⁰. Também há exemplos de homenagens pelas datas de aniversários ilustres:

No dia do aniversario do Sr. Dr. José Montauray de Aguiar Leitão, DD. Intendente Municipal, uma comissão de alumnos offereceu-lhe, em nome do corpo docente desde Instituto, uma corbeille de flores naturaes, com um cartão executado pelo Sr. Luiz Marques, da secção de artes do edificio, representando uma allegoria da instrucção e do trabalho⁵¹.

Embora esses exemplos tenham sido coletados quase que de forma aleatória, representam uma constante nos costumes do Instituto, que sempre ressaltava as valiosas contribuições dos homens que de alguma forma colaboraram para seu funcionamento.

Stephanou também percebe a importância desses rituais quando, ao recolher informações sobre a Escola Benjamim Constant, aponta que além dessa escola em específico, todos os Institutos ligados à Escola de Engenharia acabaram por adotar um nome a ser enaltecido. O Instituto Técnico Profissional passou a se chamar Instituto Parobé depois de 1917, em homenagem ao seu patrono. Na mesma medida, "o Ginásio Rio-Grandense foi posteriormente denominado Instituto Ginásial Júlio de Castilhos, o Instituto Astronômico e Meteorológico denominou-se Instituto Coussirat Araújo", e assim por diante⁵². A autora cita a dissertação de mestrado de Dill, quando aponta que parte da construção da moral cívica e do sentimento patriótico, valiosos ao pensamento positivista, é "a homenagem aos vultos que mais se destacaram na história da pátria, no cumprimento do dever e no engrandecimento da nação"⁵³. É através dessas figuras cultuadas como verdadeiros heróis que se intentava despertar nos alunos os valores da admiração, submissão e do respeito à autoridade⁵⁴.

Não por coincidência, tratava-se de homenagens aos fundadores dos Institutos em questão, diretamente ligados à Escola de Engenharia, que mantinham estreitas relações com o PRR e, conseqüentemente, com o governo do Estado. Mais um fator a corroborar esse raciocínio é a forma como a organização política no Rio Grande do Sul se definia; autoritária e centralizadora, um exemplo disso é a maneira como Berenice Corsetti explica a hierarquia estabelecida no sistema escolar:

⁵⁰ ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1921, p.7.

⁵¹ Ibid. loc. cit.

⁵² STEPHANOU, 2002, p. 146.

⁵³ DILL apud STEPHANOU, 1990, p. 143.

⁵⁴ STEPHANOU, 2002, p. 143.

(...) a suprema direção do ensino competia ao Presidente do Estado, que a exercia por intermédio do Secretário do Interior e Exterior. Subordinado hierarquicamente a ambas as autoridades, estava situado o Inspetor Geral da Instrução Pública, responsável pela imediata direção e inspeção do ensino, do qual dependiam todos os inspetores, os diretores, os professores e demais funcionários do setor. Essa estruturação manteve-se quase inalterada até o final da década de 1920, tendo sido modificada no período de 1911 a 1927, período em que ficou suprimida a Inspetoria Geral da Instrução Pública, tendo sido extinto o cargo de Inspetor Geral. Nessa fase, o serviço foi entregue à Repartição Central da Secretaria do Interior e Exterior, o que provocou uma ainda maior centralização nesses anos⁵⁵.

João Ribeiro Jr. comenta que, segundo os ensinamentos positivistas, o homem só deve existir para a sociedade. Nessa lógica, os indivíduos só podem ser compreendidos como elementos de um organismo comunitário, num sistema em que se subordinam à família, a família se subordina à pátria e esta, à humanidade. A partir dessa noção de dedicação e contribuição ao progresso, é que o autor afirma que o regime cívico positivista "repousa na dedicação dos fortes pelos fracos e [na] veneração dos fracos pelos fortes, como prega Comte"⁵⁶.

O que se pode notar, partindo dos pressupostos da teoria das masculinidades de R. W. Connell, é que essas figuras que eram destacadas para que servissem de inspiração aos estudantes configuravam em exemplos do que Connell chama de masculinidade hegemônica⁵⁷. O herói da pátria, aquele que contribui para a liberdade de seu povo e para o progresso de sua nação, sua carreira memorável e papel de destaque na vida pública, configuram as práticas de gênero que denotam a autoridade máxima dentro do contexto social em que se encontram. Em relação à masculinidade hegemônica, a formação ministrada no Instituto Parobé se impõe, segundo as premissas de Connell, a partir da construção de uma masculinidade marginalizada. Partindo do pressuposto de que coexistem várias masculinidades dentro das relações internas de gênero, essa se configura como uma *autorização* que a masculinidade hegemônica concede a um grupo socialmente inferior, o que se confirma pelo fato de que os alunos do Instituto estavam suscetíveis a uma gama de práticas que possibilitariam sua ascensão social. Alguns deles constantemente eram encaminhados ao exterior para complementar os estudos, outros voltavam e passavam a trabalhar como chefes de oficina no próprio Instituto, e alguns foram enviados em missões a outros estados para transmitir sua técnica de ensino a outras escolas profissionalizantes. Ainda assim,

⁵⁵ CORSETTI, op. cit., p. 67.

⁵⁶ RIBEIRO JR. João. Uma análise epistemológica da práxis educativa positivista. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n.20, p. 120 - 132, dez. 2005, p. 127.

⁵⁷ CONNELL, 2005, passim.

mesmo que lhes fosse autorizada a oportunidade de alcançar as práticas da masculinidade hegemônica, esse benefício não se estenderia à classe operária como um todo, se estabelecendo apenas entre esse grupo específico, o que assinala sua posição marginalizada entre as hierarquias de gênero.

1.4 - Moral e civismo

Muitas foram as mudanças que guiaram a orientação curricular e pedagógica do Instituto Parobé durante o período estudado. Já no Relatório de 1912 há referência a modificações nos estatutos dos Institutos em geral, assim como em 1917 e também na década de 1920, mas o que se pode notar é que essas mudanças ocorrem em vias de modernizar o ensino, afim de deixá-lo mais técnico e útil aos processos que se instalam na indústria. Embora essas alterações tenham atingido horários, disciplinas e divisões do curso, ou mesmo que tenham sido criados cursos novos, como é o caso do Curso Noturno ou do Doméstico e Rural⁵⁸, pode-se entender que ocorreram em consonância com as necessidades da indústria, buscando atualização dos seus processos de instrução, bem como das máquinas e materiais em geral.

O que fica explícito ao longo da análise é que o Instituto buscava desenvolver um projeto de educação completo, em que diversas instâncias da instrução fossem atendidas, não apenas a técnica. Os alunos do curso elementar, por exemplo, durante os três primeiros anos, assistiam a aulas de noções práticas sobre agricultura, além de auxiliarem na manutenção do jardim⁵⁹. Durante o curso técnico, escolhiam duas de quatro línguas estrangeiras para se especializarem até o quarto ano⁶⁰. Da mesma forma, o desenho era praticado desde o início do curso elementar. Assim, incluída nessa preocupação de promover uma educação global, se encontram as disciplinas de

⁵⁸ Curso Doméstico e Rural é como foi denominada, posteriormente, a divisão feminina do Instituto Parobé.

⁵⁹ ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1912, p. 53.

⁶⁰ As línguas oferecidas eram francês, alemão, inglês e italiano. ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1912, p. 25

Educação Moral e Deveres Cívicos, que eram oferecidas desde o primeiro ano elementar - depois complementadas por Geografia e História Pátria⁶¹.

Não havia uma orientação direta de como as escolas deveriam ministrar essas matérias, mas se pode ter uma ideia desse ideal republicano de instrução do Instituto a partir dessa breve citação do Relatório de 1912:

Em outra via, mas de estrema relevância na moldagem do caráter, é a educação cívica: Para o ensino desta disciplina os professores seguiram as lições patrióticas dos Drs. Rodrigues Octavio, Sylvio Romero, etc. Estas obras, diz o conselho superior de instrução publica do Distrito Federal, <<destacam-se d'essa chata mediocridade de publicações banaes e vêm servir de poderosos auxiliares do professor primario que, convictamente empenhado na sua elevada missão de educador e dar á historia patria um lugar de honra na sua escola>>⁶².

Emery Marques Gusmão, ao estudar sobre a influência de Silvio Romero⁶³ na educação durante o século XIX, usa o livro *História do Brasil Ensinada pela Biografia de seus Heróis - Ensino Cívico* como exemplo de sua escrita. Ao comentar sobre o sentimento nacionalista presente em suas obras, Gusmão conclui que Romero não reproduzia biografias romanceadas de homens prestigiados do cenário político da mesma maneira que outros autores da época, mas procurava destacar figuras heroicas que emergiram do povo, construindo uma narrativa que contextualizava historicamente homens que lutaram pela democracia e liberdade de sua pátria. A diferença se encontrava no fato de serem apontadas falhas e contradições na trajetória desses homens, tática que buscava aproximação com os leitores, destacando os feitos históricos como "expressões da raça e do povo brasileiro", buscando enfatizar o progresso da humanidade. Embora tenha sido constatado que seus escritos não se encerravam em simples elogios a figuras importantes do cenário político brasileiro, o autor abordava a história de figuras como Manoel Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Basílio de Magalhães e Floriano Peixoto ao tratar da proclamação da república, não excluindo a contribuição desses "heróis" ao progresso do país⁶⁴.

⁶¹ Id., 1919, p. 9.

⁶² Id., 1912, p. 50, 51.

⁶³ Apesar de o Relatório de 1912 usar a grafia Sylvio e não Silvio como é apontado no trabalho de Gusmão, creio que se trate da mesma pessoa porque o autor comenta que as edições do livro referenciado ocorreram até o ano de 1913 e o Relatório citado trata do ano de 1912, sugerindo apenas engano na digitação.

⁶⁴ GUSMÃO, Emery Marques. Contribuições de Silvio Romero para o currículo da escola elementar no século XIX. *Educação em Revista*, Marília, v. 11, n. 2, p. 53-74, Jul.-Dez., 2010, p.62.

Permeando outros âmbitos, que não o das aulas formais, a educação cívica também se fazia presente nas festas durante todo o calendário escolar. Na celebração da Independência do Brasil, na proclamação da República, em passeios pelo 20 de Setembro, até mesmo no encerramento do ano havia atividades relacionadas ao sentimento patriótico que se buscava exaltar:

Como nos annos anteriores, houve a 25 de Janeiro do corrente anno uma festa escolar de encerramento com assistencia de autoridades estaduaes e municipaes, representantes da imprensa, professores, alumnos e grande massa popular. Foram recitados monologos, poesias patrioticas e houve exhibição de fitas cinematographicas. Abridhantou a festa a banda de musica, organizada pelo Instituto e composta de alumnos do Curso elementar, tocando innumer as peças, salientando-se o Hymno Rio-Grandense⁶⁵.

Corsetti também salienta a importância das festas cívicas no imaginário alimentado no centro da educação republicana, propaganda muito eficiente para disseminação dos valores da modernidade. No ambiente escolar, esses ritos tiveram lugar especial, pois as festas escolares eram rituais a modelar condutas, como ela mesma comenta:

Os símbolos tiveram utilização peculiar na construção do imaginário republicano através da escola. A simbologia republicana teve no hino e na bandeira suas duas maiores expressões. Inseridos nos eventos públicos de massa, representavam a identificação instantânea dos valores da República⁶⁶.

A autora afirma ainda que os interesses modernizadores do Estado são essenciais para se compreender o investimento na construção de um imaginário republicano "criador da consciência nacional"⁶⁷, em que as instituições escolares agem implantando uma mentalidade útil à manutenção das hierarquias sociais.

A grandeza e importância das comemorações cívicas organizadas e seu lugar na realidade do Instituto podem ser constatados em relato de evento ocorrido pela proclamação da república no ano de 1919:

7 de Setembro - O instituto Parobé festejou com grande assistencia, a data da emancipação nacional, com uma sessão civica. (...) Antes de ser declarada aberta a sessão, o presidente fez uma concitação aos alumnos e tratou da liberdade e independencia, sob ponto de vista individual.

(...) Um pelotão, formado de alumnos deste estabelecimento, prestou continencia á Bandeira. Foram distribuidos entre os presentes e collegiaes da cidade, dois mil exemplares do jornal <<O Ipyranga>> publicação patriótica, para cuja execução concorreram muitos alumnos. Este periódico, que conta já

⁶⁵ . ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1912, p. 51.

⁶⁶ CORSETTI, op. cit. p. 65.

⁶⁷ Ibid., p. 63.

tres annos de existencia, foi composto e impresso pelos aprendizes da secção de artes graphicas da escola e a parte de collaboração foi feita sob os cuidados do professor A. Hilario Travassos Alves, encarregado da educação cívica dos alumnos⁶⁸.

Entre a documentação restante não foi possível encontrar edições do referido jornal O Ipyranga, mas o trecho parece nos dar bons indícios do quão importantes eram esses eventos, ao movimentar todo o corpo acadêmico. O fato dos alunos não apenas participarem da marcha, mas de produzirem um jornal que tratava de assuntos relevantes ao sentimento nacional, além de tradicionalmente se ocuparem de tal tarefa, remete novamente às conclusões de Corsetti quando aponta que a educação foi nitidamente elaborada como um instrumento de veiculação ideológica. A exaltação da pátria e a evocação do sentimento de contribuir com o seu progresso são as bases da educação moral.

No ano de 1921, é relatado, muito resumidamente, que os deveres cívicos no Instituto trataram de comentar as datas pátrias e que abordaram as constituições federal e estadual⁶⁹. A partir disso, nota-se que a noção de cidadania também poderia ser abordada do ponto de vista legal, já que, conforme aponta Cleber Santos Vieira, apesar da instrução moral e cívica não possuir nenhuma disciplina explícita, era comum que fosse introduzida nas escolas a partir de um duplo conjunto de informações; de um lado provendo dados que permitissem aos alunos reunir informações para reconhecer as estruturas de um Estado-Nação, como é o caso do estudo das constituições. De outro, o enfoque nas biografias de homens ilustres, como já apontado⁷⁰.

Ao tratar de outros exemplares de manuais escolares na Primeira República, Bastos se utiliza da teoria de Chartier para situar o livro didático como uma unidade discursiva "produtora de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões, representativas dos valores da ilustração brasileira", ferramentas que atuam em favor de um projeto pedagógico republicano de formação do "novo homem para o novo regime"⁷¹. A autora incorre à conclusão de que a instrução moral e cívica servia como mais um instrumento pela manutenção da ordem social, além de fortalecer o sentimento

⁶⁸ . ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1919, p. 80, 81.

⁶⁹ . ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1921, p. 68

⁷⁰ VIEIRA, Cleber Santos. Civismo, República e Manuais Escolares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 325-340, 2012, p. 327, 328.

⁷¹ BASTOS, Maria Helena Câmara. Amada pátria idolatrada: um estudo da obra: Porque me ufano do meu país, de Affonso Celso (1900). *Educar em Revista*, Curitiba, n. 20, p. 245-260. 2002. Editora UFPR, p. 3.

nacional. Valendo-se do texto de José Veríssimo, *A Educação Nacional*, de 1890, a autora evidencia as intenções de superação do pobre sentimento nacional, para as quais a instrução escolar deveria cuidar do caráter dos estudantes, sendo essa matéria responsável por desenvolver todas as qualidades contrárias ao que o deprime. A partir disso era necessário cuidar da "educação da vontade". Nessa perspectiva, a família, a escola, a sociedade, a política, como diversas outras instituições sociais, deveriam concorrer para a "educação da vontade e o desenvolvimento do espírito de disciplina, de simpatia, de solidariedade"⁷².

Os estudos até aqui levantados tratam de propor que os aparelhos do estado se empenharam em construir, a partir do sistema educacional, um sentimento nacionalista capaz de implantar nos estudantes o anseio pela colaboração necessária ao progresso do país. Mais do que isso, foi a tendência nacional a condecorar os feitos de homens distintos no cenário político do Brasil que se viu espelhada nas práticas escolares do Instituto Parobé, talvez reforçada pela influência positivista sobre a administração da Escola e demais instituições a ela ligadas. Para os estudantes do Instituto, examinar essas figuras e, mais especialmente, ter contato direto com algumas delas por ocasião de visitas ou grandes festas cívicas, certamente visava incutir a sensação de respeito e admiração em relação àqueles homens ilustres. Os constantes elogios e homenagens relatados nas fontes também permeavam os discursos dos dirigentes escolares, remetendo à honra, ao caráter e às benéficas contribuições desses indivíduos, tanto no contexto escolar, como na esfera pública. O sistema republicano constituía um novo regime e para tanto era necessário formar um novo homem. Assim, diversas foram as áreas em que o Estado interveio com vias de fazer do novo trabalhador um cidadão dócil à nova forma de contribuição do trabalho que se instaurava, uma delas foi o ensino e seu enfoque nos grandes homens da pátria. Voltando à esfera da identidade de gênero, talvez seja possível pensar que esse ideal de cidadão, que se pautaria pelas grandes biografias, tinha contato com práticas da masculinidade hegemônica para que fosse produzida uma identificação dos futuros operários com o sentimento patriótico. O resultado final seria a formação de homens que exercessem sem divergências um papel de colaborador intermediário ao sistema vigente.

⁷² BASTOS, *Ibid.*, p. 4.

Por fim, é interessante pensar que nenhum projeto de gênero se encerra em hábitos ou condutas determinados, mas se expressam nos mais diversos espaços de relações de poder. O corpo, suas performances, práticas e habilidades também se inserem em projetos de gênero e podem se adequar a condutas determinadas. É esse aspecto das práticas escolares que será abordado no segundo capítulo desse trabalho.

2 - DISCIPLINARIZAÇÃO DOS CORPOS: EDUCAÇÃO FÍSICA, HIGIENE, MEDICALIZAÇÃO E TREINAMENTO MILITAR NO INSTITUTO PAROBÉ

O projeto de uma educação republicana, patriótica e modernizante não se limitava, no campo do ensino, à elaboração de disciplinas de Moral e Civismo, como já abordadas. Nem no exemplo de um tipo ideal de masculinidade, pautado nos arquétipos dos grandes heróis da pátria, se encerravam as possibilidades de educação e preparação dos alunos do Instituto Parobé. Também se insere nesse horizonte da formação do trabalhador ideal o treinamento dos corpos, uma vez que era necessário que os cidadãos brasileiros - particularmente os do sexo masculino - estivessem aptos a prestarem seus serviços à nação, fosse a partir do trabalho industrial ou do serviço militar. Afinal, o combate à ociosidade, a manutenção da forma física e a aptidão militar se tornaram lugares comuns de legitimação do espaço do homem na sociedade. A educação física surgiu, no Brasil, ainda na época do Império⁷³, mas foram as preocupações do período republicano com a higiene e ordenação dos indivíduos na sociedade que fizeram dessa questão um tema mais importante ao governo.

Os estudos de Foucault sobre a história da sexualidade podem contribuir para as formas de se interpretar a preocupação com o estado físico da população brasileira, seus corpos e higiene. Buscando as raízes do poder de ordenação biológica que se estabelece sobre os indivíduos, remete ao século XVII apontando para o surgimento de uma *disciplina anátomo-política do corpo humano*, visão que passou a interpretar o corpo como máquina, num esforço para seu adestramento. O autor comenta que a ampliação das aptidões, bem como a extorsão da força, se tornaram mecanismos para o crescimento da utilidade e docilidade do corpo num movimento de associação com sistemas de controle eficazes e econômicos. Soma-se a isso a preocupação da classe burguesa ocidental de exercer um controle eugênico sobre a população através do que o autor denomina como uma *bio-política da população*. Essa biopolítica se pautaria no controle mecânico dos corpos, justificado por processos biológicos, nascimentos,

⁷³ A institucionalização da Educação Física no Brasil ocorreu historicamente no período Imperial. CUNHA JR. Carlos F. Ferreira da. Revista Digital - Buenos Aires - Año 13 - Nº 123 - Agosto de 2008, Não paginado.

longevidade, entre outras variantes. Esse movimento de disciplinarização e controle estaria vinculado a espaços sociais diversos, como colégios, escolas e casernas⁷⁴.

O autor relaciona esse aprimoramento das técnicas de controle do bio-poder sobre a população com o advento do capitalismo. Para o Foucault, foi esse sistema econômico que garantiu a inserção controlada dos corpos nos aparelhos de produção e mais; mostra que o sistema capitalista fez necessário que os métodos de poder se adaptassem a aumentar as forças, as aptidões, a estender a longevidade da população, sem por isso torná-la mais difícil de sujeitar. Essas técnicas de *anátomo e bio-política* foram, aos poucos, sendo adotadas por instituições de diversas naturezas, como a família, o Exército, a escola e a política, agindo em favor das formas de hierarquização social e contribuindo para os processos econômicos, de forma a garantir a dominação e efeitos de hegemonia da ordem capitalista⁷⁵.

Assim, um dos eixos em que se expressa a força política do sexo é a partir do uso da competência do corpo à disciplina e ao adestramento⁷⁶. Este treinamento dos corpos para o ajustamento e economia das energias é exatamente o ponto relevante em que se insere a análise da admissão da educação física entre as disciplinas escolares. No Brasil, é no contexto republicano de mudança da estrutura econômica de agro-exportadora para urbano-industrial e de procura por modernização dos aparelhos estatais, que a educação física passa a ser percebida como ferramenta útil ao Estado. Pautada por um discurso higienista, da preservação da saúde e da assepsia da população, os exercícios físicos se constituiriam como uma outra modalidade preparatória do cidadão moderno capitalista.

Edivaldo Goes Júnior define o movimento higienista como "defensor da Saúde Pública, da Educação e do ensino de novos hábitos". Uma linha interpretativa da sociedade que valorizava a população como um bem, como um capital a ser preservado⁷⁷. O autor remete ao contexto europeu para levantar as influências higienistas sobre a Educação Física no Brasil, de onde as ideias foram exportadas, especialmente da França. Segundo ele, os higienistas franceses identificaram entre sua

⁷⁴ FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1998. p. 151, 152.

⁷⁵ Ibid., p. 153, 154.

⁷⁶ Ibid., p. 158.

⁷⁷ GOIS JR. Edivaldo. Os higienistas e a Educação Física: a história de seus ideais. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: PPGEF, Universidade Gama Filho, 2000, p. 6.

população que o problema da fadiga se abatia sobre o seu povo, o que causaria atraso para o país. Mais especificamente, identificaram características de uma população fisicamente fraco e indisposto, o que poderia debilitar o vigor da nação, tornando necessário recuperar a energia social. A ginástica foi, a partir de então, pensada como uma prática racionalizada e científica⁷⁸. Assim sendo, o método francês era baseado nas mais recentes teorias da fisiologia da época, promovidas em torno da maior economia possível de tempo e esforço para execução dos exercícios. A partir disso, esse método implicava também a prescrição de orientações higiênicas com a finalidade de não estafar o praticante. O autor aponta, por fim, que na França, essas práticas surtiram efeito, pois foram formados cidadãos aptos ao trabalho industrial e ao serviço militar, contribuindo para o desenvolvimento econômico⁷⁹.

A disciplina e o controle sobre os corpos não se encerram, no entanto, nas práticas que serão mais detalhadamente analisadas nesse capítulo, como a ginástica atrelada às noções de higiene, o treinamento militar e a assistência médica. Essa regulação também ocorre através da utilização de uniformes, horários que ordenassem todas as atividades - desde a entrada e saída do Instituto até o tempo de intervalo - e por meio da avaliação da produtividade em provas periódicas, se expressando nos mais diversos espaços e práticas escolares de maneira a garantir uma educação docilizadora das personalidades e dos corpos. Resumidamente, a disciplina encarrega-se da disposição física dos indivíduos no espaço, sendo assim, a organização sistemática de sujeitos sendo educados, treinados, formados e entregues ao mercado de trabalho contribui para uma economia do tempo e da aprendizagem⁸⁰.

Essas estratégias disciplinares variavam, desde medidas naturalizadas até procedimentos específicos de segurança, como o fato de constar no corpo administrativo do Instituto um diretor, um inspetor, dois guardas de aulas e um guarda noturno⁸¹. Dentre todos os mecanismos reguladores ali presentes, a frequência era certamente o que apresentava maiores problemas. Devido ao alto índice de evasão dos alunos, passaram a ser distribuídas refeições no inverno, para que não se deslocassem até seus bairros no frio para almoçar, garantindo assim sua permanência nas dependências do

⁷⁸ Ibidem, p. 148.

⁷⁹ Ibidem, p. 150.

⁸⁰ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: Nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 2011, passim.

⁸¹ ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, 1922, p. 4.

Instituto. E foi também a falha em resolver o problema da baixa frequência que fez necessário um acompanhamento mais rígido de suas atividades, instituindo a caderneta:

Foi exigida com rigor a apresentação nas aulas e oficinas da caderneta de frequência dos alunos, afim de obter-se uma boa frequência. É de lamentar que alguns pais ainda não dessem a importância de precisa a esta caderneta que é não só um atestado de identificação do aluno, como também um registro permanente das boas ou más notas colhidas no Instituto. Não haverá melhor recomendação para um aluno do que a exibição deste documento⁸².

Os momentos de lazer desses alunos também estavam sob a égide institucional, uma vez que todas as referências a festas, convescotes, ou celebrações de todo tipo estão sempre relacionadas a atividades ensaiadas e apresentações regradas, explicitando que a ordem dos acontecimentos seguia uma organização previamente combinada, como apresentações da banda, execução dos hinos ou a declamação de poesias patrióticas.

Citando uma vez mais os uniformes que utilizavam no cotidiano das aulas, não é feita nas fontes encontradas uma descrição precisa, mas se pode perceber pelas fotos anexadas aos relatórios, trajes que Stephanou descreve como "uniformes simplíssimos, assemelhados aos trajes hoje distribuídos aos operários - brim de tom apagado, gola simples, botões comuns"⁸³. Sobre o uniforme utilizado pelos membros da banda de música do Instituto, consta no Relatório de 1912 que eram compostos por "fardamentos de brim pardo, chapéu de feltro, botinas amarellas, polainas e emblemas do Instituto"⁸⁴. Stephanou salienta que o uniforme do Instituto não remetia ao que era usualmente utilizado nas escolas destinadas a grupos mais abastados da sociedade porto alegreense. Mais um fato que pode indicar a ideia positivista de uma educação em favor da manutenção das hierarquias sociais, em que o operariado carrega suas demarcações subalternas.

Partindo dessas constatações, considero importante enfatizar que todas as políticas instituídas no cotidiano escolar não devem ser compreendidas apenas a partir de uma interpretação ingênua do reforço da autoridade e da coerção. Uma realidade que envolve um número grande de sujeitos entre alunos mais jovens e mais velhos, corpo administrativo e ainda professores e mestres de oficinas não pode ser interpretada unicamente a partir da lógica da "dominação-opressão", pois é preciso considerar que

⁸²Id., 1912, p. 49.

⁸³STEPHANOU, op. cit., p.233,234.

⁸⁴ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1912, p. 51, 52.

não apenas motivações estruturais desencadeiam medidas como essas da regularização do cotidiano escolar, mas muitas outras podem estar imbricadas, como a própria necessidade do corpo discente, suas reivindicações, entre outros. Afinal de contas, a análise das fontes permite que se pense o passado do Instituto Parobé considerando a obstinação do corpo diretivo em formar chefes de oficinas que dominassem um ofício específico e que fossem capazes de mediar a relação dos operários com o patronato, pois deveriam ser educados para contribuir de forma ordeira para o triunfo da nação, ou melhor, do sistema capitalista industrial que a mesma vinha adotando. Não seria positivo para a imagem da instituição que fossem registrados seus conflitos, inadequações ou a falhas nas medidas disciplinares. Prova disso é que mesmo o inevitável problema da frequência é sempre associado a fatores externos ao Instituto, observação que é bem colocada por Stephanou⁸⁵. Ainda assim, não se pode concluir, por isso, que esses mecanismos eram infalíveis, o surgimento da caderneta é um indício de que os métodos coercitivos precisavam de inovações e, diante de sua falha, a responsabilidade decaía sobre a falta de comprometimento das famílias.

Se resta alguma dúvida de que a organização do Instituto concorre, como um todo, para o bom andamento disciplinar das suas atividades, ela é descartada pelas palavras finais do texto de conclusão do Instituto no Relatório de 1912, em que:

Gratissimo nos é, Sr. Diretor, finalizar esta resenha com os louvores ao corpo docente e empregados da administração, que se esforçaram todos pelo fiel cumprimento do programma do ensino, pela manutenção da ordem da disciplina dentro do Instituto, e pelo bom andamento do serviço em todas as suas dependências.

Instituto Technico Profissional da Escola de Engenharia, Porto Alegre, 28 de Janeiro de 1913. Hanz Emilio Goetze, Engenheiro-Chefe interino.⁸⁶

2.1 - Ginástica e Prática Higienista

Segundo os autores consultados, existiu um duplo movimento na implementação da educação física no Brasil. Primeiramente inspirado no movimento higienista europeu, adaptando esses ideais à realidade brasileira em busca de um aprimoramento do asseio corporal da população. Em outra via, buscava suprir a necessidade de adequar

⁸⁵ STEPHANOU, 1990, p.158.

⁸⁶ ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1912, p. 98.

o físico dos cidadãos brasileiros ao ritmo de trabalho industrial e também ao treinamento militar, já que a proclamação da República diagnosticou a necessidade de reformas no exército, o que incluía melhora na tática de recrutamento. Um aspecto importante a se considerar nessa análise é que esse treinamento físico, especialmente a ênfase nos exercícios militares, se direcionam a corpos masculinos, implicando em um outro fator, dessa vez prático, do projeto de masculinidade abordado nessa instituição. Mais do que isso, do projeto de masculinidade direcionado a uma parcela do operariado.

Ao comentar sobre os primórdios da instalação da disciplina de educação física no Brasil, Mauro Vago analisa a reforma do ensino promovida em Minas Gerais, em 1906, e aponta o processo de surgimento de uma nova cultura escolar⁸⁷. Essa nova cultura se estabeleceria a partir dos conceitos modernos de educação e organização social carregados pelos Republicanos. Segundo o autor, as precárias escolas de turmas únicas, e que não instruíam mais do que às primeiras letras, deveriam ser substituídas por espaços de verdadeira formação de cidadãos republicanos "civilizados, de maneiras amaciadas, disciplinados, sadios e trabalhadores ordeiros". Essa noção moderna de instrução da população incluía, portanto, a construção de um sentimento nacionalista, de admiração e respeito à pátria, como já citado anteriormente, somado à educação dos corpos. Foi se construindo, portanto, um conceito de educação física que formasse estudantes com o corpo "belo, forte, saudável, higiênico, ativo, ordeiro, racional, em contraposição àquele considerado feio, fraco, doente, sujo e preguiçoso"⁸⁸. A primeira etapa nessa direção seria a construção de espaços educativos, assépticos, organizados, que permitissem a boa execução desse plano modernizante para contrapor as condições dos precários estabelecimentos de educação existentes, como foi o caso das primeiras construções escolares republicanas.

A partir de então, uma das áreas do conhecimento que passa a compor o currículo junto à educação física, no Brasil, é a *Hygiene*. Vago indica que a instrução fornecida aos professores para ministrarem a matéria era composta por noções gerais que facilitassem aos alunos "o conhecimento do corpo humano". A ideia era explorar todo o possível em função de "ministrar-lhes noções precisas para a conservação da saúde e seu bem estar physico, ensinando-lhes a cuidar da sua propria pessoa". Os temas

⁸⁷ VAGO, Tarcísio Mauro. Início e fim do século XX: Maneiras de fazer educação física na escola. Cadernos Cedes, ano XIX, nº 48, Agosto/99, p. 31.

⁸⁸ Ibid. p. 32.

abordados incluíam a "necessidade do banho e do asseio do vestuário; necessidade da boa mastigação e regularidade das refeições; cuidados com os dentes, com os cabelos e as mãos; nutrição e respiração; asseio do corpo; saneamento das casas (...)"⁸⁹.

Nota-se que a prática não era diferente no Instituto, pois o Relatório de 1912, ao tratar dos exercícios físicos, relaciona ginástica e higiene diretamente, tarefas que ainda eram ministrados por um professor civil, situação que se modifica com o passar do tempo:

Gymnastica e Hygiene: Os exercicios de gymnastica estiveram a cargo de um professor competente, Sr. Jorge Black, que obedecendo sempre ás regras modernas, procurou desenvolver e corrigir o physico das creanças. (...) Nas aulas foram observados todos os preceitos de hygiene, ensinando-se a todos as regras e usos dos instrumentos e demais utencilios adequados á limpeza ou ao asseio⁹⁰.

A educação dos futuros cidadãos deveria dar conta, segundo Vago, do treinamento de seus corpos, num esforço pelo "fortalecimento físico racional e sistemático"⁹¹ da população. Os outros ambientes frequentados pelos alunos, como a rua e o núcleo familiar não propiciariam a eles o exercício físico e a formação necessária, portanto era a escola que passaria a cuidar dessas competências.

Dentro do cotidiano do Instituto, é bastante provável que essas atividades, em especial as esportivas, tenham ocupado lugar de importância na vida escolar dos alunos, pois consistiam em um momento de lazer, uma vez que a forte regulação incrustada em sua prática não era operada, obviamente, por vias coercitivas, mas se constituíram como momentos recreativos. Pela ocasião de 20 de Setembro de 1919 encontramos forte indício da relevância dessas práticas, já que alunos e professores parecem ter fundado um Clube do Desporto:

20 de Setembro - Foi comemorado com um convescote realizado no arbalde da Tristeza. Os alunos foram de trem até o arraial, onde ocorreram várias atividades prazerosas ao ar livre. Nessa ocasião fundaram um <<Clube do Desporto>> junto aos professores. (...) Ao escurecer os alumnos regressaram á capital, seguindo logo para o quartel do Tiro de Guerra n. 4, afim de tomarem parte na passeata civica, promovida por esta sociedade⁹².

Também é possível perceber, nessa ocasião, uma interessante relação entre atividades de lazer e os deveres cívicos de que participam os alunos. Infelizmente não

⁸⁹ Ibid. p.33.

⁹⁰ ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1912, p. 50.

⁹¹ VAGO, op. cit., p. 34.

⁹² ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1919, p. 81.

foram encontradas, nas fontes consultadas, maiores informações sobre o clube fundado. Um dos trechos da Revista EGATEA faz menção a concursos de ginástica sendo organizados pela mesma comemoração, o 20 de Setembro, mas do ano seguinte. O fato de serem preparadas competições atléticas constitui outro bom indício de como esse projeto de masculinidade se desenvolve sobre os alunos:

A data da emancipação política do Brasil foi festejada no Instituto com grande entusiasmo. Foi executado o seguinte programa: (...)

XII. Concurso, entre os alumnos do curso tecnico, sob a direção do prof. Ernesto Graefe dos seguintes exercicios de gymnastica:

- a) - no cavallo de pau;
- b) - na barra fixa;
- c) - nas barras paralelas;
- d) - salto com trampolim (distancia)⁹³.

Ao final desse evento foram distribuídas medalhas entre os vencedores. O evento em si parece provar que é criada toda uma expectativa em relação ao desempenho corporal das atividades esportivas que se relaciona diretamente com a masculinidade. A falta de habilidade física, ou inaptidão no desempenho esportivo, pode abalar, e certamente coloca em cheque, essa expressão de virilidade. Nota-se que a coroação desse desempenho é finalizada com a distribuição de prêmios entre os vencedores, reforço positivo aos alunos que foram bem sucedidos em suas performances.

Compreende-se que o fato de exercícios físicos terem se tornado parte do currículo de instituições públicas de ensino os configuram como uma preocupação estatal sobre as condições corpóreas da população. Essa anátomo-política empreendida sobre os estudantes unia a questão do asseio corporal ao desempenho físico, práticas que, disseminadas entre os futuros trabalhadores, seriam muito proveitosas à classe dirigente. Homens disciplinados, em forma e com hábitos saudáveis formariam o conjunto de empregados ideal para qualquer empresa, ou melhor, chefes de oficinas que reunissem essas qualidades seriam bons exemplos aos demais. Por fim, é bastante oportuno observar que há um espaço de disputa em torno das atividades de lazer dos estudantes. A ginástica e os esportes configuram-se como influência positiva na conduta desses alunos enquanto boas ferramentas de combate a hábitos pouco desejados, como o

⁹³ Revista EGATEA, Edição de Outubro de 1920, p. 36.

alcoholismo, os vícios, a preguiça, tudo que macularia o comportamento desses cidadãos modernos.

Com o passar do tempo é possível notar que esses exercícios, antes ministrados por professores regulares do Instituto, passaram a ser conduzidos por sargentos do exército, a exemplo do que consta no Relatório de 1919 no que tange a Educação Física:

A) Exercício ao ar livre: Durante o anno findo effectuaram-se diversas excursões ao ar livre, onde os alumnos se entregaram a jogos esportivos.

B) Gymnastica - Os alumnos do I e II tiveram aulas de Gymnastica com o II sargento Dauro Pires de Moraes Castro, conforme horario e programma⁹⁴.

2.2 - Treinamento Militar

A respeito das atividades militares, as fontes consultadas não são muito claras sobre sua linearidade e avanço no Instituto. Infelizmente há pouca bibliografia que trate desse interessante capítulo da história da educação no Brasil, embora pareça ter sido prática corrente em diversos estados e ter se popularizado a partir da década de 1930. Rosa Fátima de Souza, ao estudar o surgimento de uma educação militar nas escolas de São Paulo a partir da educação física, aponta que, dentre as motivações que propiciaram o advento de tal modalidade nas escolas, se encontravam as justificativas políticas defendidas pelo republicano Rui Barbosa. O político pregava uma educação integral - física, intelectual e moral - que apelasse para a indissociabilidade entre corpo e espírito⁹⁵. Segundo a autora, a instrução pública paulista aderiu à disciplina de Ginástica e Exercícios Militares depois da reforma educacional de 1892, embora nos primeiros anos não houvesse uma definição clara sobre como ela deveria se desenvolver, ficando a cargo das instituições escolares a guiarem. A autora reuniu algumas pistas a partir de edições da Revista de Ensino, que publicou diversos artigos sobre a instrução militar nas escolas, inspirada nos exercícios do Exército Brasileiro. "No programa de 1905, esses exercícios compreendiam marchas, formaturas em filas e fileiras, evolução da companhia sem armas e com armas". Souza também aponta que o ensino de ginástica e exercícios militares fazia parte do currículo da Escola Normal de São Paulo para os

⁹⁴ ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1919, p. 65.

⁹⁵ SOUZA, Rosa Fátima de. A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira. Cadernos Cedes, ano XX, no52, novembro/2000, p. 107.

alunos do sexo masculino, mesmo que nessa escola houvesse uma maioria de estudantes mulheres. Isso propiciou que, no início do século XX, contassem com o trabalho voluntário de soldados reformados para que ministrassem essa disciplina, no lugar das professoras regulares⁹⁶.

A autora segue afirmando que a prática militar nas escolas levou-as, no início do século, à criação de batalhões infantis organizados, prática regulamentada depois de 1904. O objetivo desses batalhões era claro, aplicar o regime militar como atividade moldadora da disciplina, distribuindo os postos de acordo com a habilidade e comportamento dos alunos. Essas experiências que simulavam a ordem e os exercícios bélicos eram treinadas fora do horário regular das aulas e utilizavam todo o aparato militar adequado, como uniforme, armamento, cornetas e tambores. Da mesma forma, é recorrente no Instituto a menção a apresentações executadas pelos batalhões formados de alunos, como confirma a edição de Abril de 1920 da Revista EGATEA que cita as continências que prestaram à bandeira⁹⁷.

Assim, enquanto reforçavam o ideal cívico, as passeatas e exibições comemorativas ajudavam a construir o imaginário sociopolítico da República, como demonstra no trecho abaixo:

Entende-se, dessa forma, o encantamento que tais agremiações provocavam na sociedade da época ao oferecerem a representação de um corpo unido e harmônico, como deveria ser a pátria e a nova ordem. Ao desfilar pelas ruas da cidade, manifestavam todo o sentido simbólico da escola no meio social⁹⁸.

Um último dado interessante que a ser analisado é que essa prática dos exercícios militares em São Paulo teria entrado em decadência, especialmente depois do advento da Primeira Guerra Mundial, ocasião que teria originado críticas ao treinamento militar de menores. Em substituição a esse treinamento, as escolas públicas passariam a se associar ao escotismo⁹⁹. Ao que tudo indica, no entanto, esse fenômeno não se desenvolveu assim em todo o país. Os estudos de Celso Castro mostram que foi a partir do anteprojeto de lei do ministro da guerra em 1929 que a intervenção militar nas

⁹⁶ Ibid. p. 108.

⁹⁷ ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório Referente ao ano de 1920, p. 139.

⁹⁸ SOUZA, op. cit., p, 108.

⁹⁹ Ibid. p.109.

escolas passou a influenciar a nação mais contundentemente, intervindo com maior força sobre a educação física¹⁰⁰.

Celso Castro também salienta, como fez Góes Jr., que a influência francesa foi determinante na maneira como a educação física se estabeleceu no Brasil. Segundo Castro, a adoção do método francês na coordenação da Educação Física foi oficial a partir de 1921 e assim permaneceu até o Estado Novo. A intenção do Exército era, respaldando-se na experiência francesa, criar uma modalidade tipicamente brasileira dos exercícios de treinamento a serem aplicados em seus soldados. O autor comenta que um dos exemplares da revista *A Defesa Nacional*¹⁰¹ de 1926 já argumentava abertamente em favor do estabelecimento de uma técnica própria, que se utilizasse de recursos tipicamente brasileiros, desatrelando-se do modelo francês e "tendendo para a ginástica nacional e sem que fosse esquecida a capoeira"¹⁰².

Já em 1919 surgem referências mais específicas às práticas executadas em torno da atividade militar do Instituto. O Relatório aponta que os alunos dos últimos dois anos do curso elementar já recebiam orientações sobre "instrução de nomenclatura, gymnastica militar, exercicios de companhia"¹⁰³. Um pouco depois, informações ainda mais esclarecedoras aparecem no Relatório de 1921, ao comentar os exercícios militares ministrados naquele ano, assinalando que essa prática se estabeleceu no Instituto a partir de 1917:

Foi-nos proporcionada a satisfação de poder este Instituto apresentar uma turma de candidatos á caderneta de reservista do exército, a qual não estava bem preparada, como se verifica no resultado dos exames, devido á irregularidade com que eram dados os necessários exercicios. Já estavamos desesperançados na efficiencia dessa instrucción - pois, desde 24 de Maio de 1917, vem sendo ministrada sem que podessemos apresentar um candidato sequer. Desesperançados, dizemos, porque vemos nos nossos alumnos a melhor vontade e mesmo satisfação em receber a instrucción militar¹⁰⁴.

¹⁰⁰ CASTRO, Celso. In *corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil*. Antropolítica, Niterói, n. 2, p. 61-78, 1997, p.7.

¹⁰¹ A revista *A Defesa Nacional* – Revista de Assuntos Militares - foi criada em 1913 no Rio de Janeiro por iniciativa de um grupo de militares que havia estagiado durante dois anos junto ao Exército alemão. Este grupo ficou conhecido como os “Jovens Turcos” e tinham como objetivo tornar o Exército uma instituição profissional, através do estudo de problemas de natureza militar. NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do exército brasileiro (1934-1938)*. IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação – PUCRS, 2009, p. 955-960.

¹⁰² CASTRO, op. cit., p.18.

¹⁰³ ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1919, p. 65

¹⁰⁴ Id., 1921, p. 68, 69

Nota-se, portanto, que o Instituto vinha executando esses exercícios já há quatro anos até que seu treinamento pudesse capacitar os alunos ao nível de apresentarem candidatos ao serviço militar. Outro aspecto interessante a se analisar são as palavras do diretor do Instituto que comenta a *satisfação* em apresentar uma turma de candidatos quando já se encontravam *desesperançados* de cumprir tal missão na instituição, o que indica a satisfação de contribuírem com as necessidades do Exército Brasileiro e, conseqüentemente, com a formação cívica dos homens do país.

Ainda em 1921 há algumas evidências mais específicas sobre as atividades ali desenvolvidas ao ser comentada a ausência do instrutor para liderar os exercícios do Instituto Parobé: "Quer os de marchas, evoluções, formação de ataques e os de tiro, não foram dados com regularidade, accentuando-se esta falta nos mezes de Julho e Agosto (...)"¹⁰⁵. O Relatório informa a seguir que treze candidatos se apresentaram para exame, sendo quatro aprovados, cinco inabilitados pelo tiro e quatro reprovados. Ao que tudo indica, portanto, o treinamento desenvolvido no Instituto rompia com as típicas evoluções e marchas militares, chegando mesmo a propiciar um ambiente de performance militar completa, incluindo disparos com armas. A edição de Julho/Agosto da Revista EGATEA de 1921 indica o material bélico que foi doado ao Instituto:

Esta Secção recebeu da Administração 3º Região Militar o seguinte material bellico: 2 Fusis Mauser, 1895, calibrados, com guarda-freio, 42 Fusis Mauser, 1895, com sabre punhal 42, 882 Cartuchos de Mauser, 1898 e 1 Cunhete pesando 36 kilos. Os alumnos convocados a reservistas têm feito exercicios de tiro ao alvo no Stand n°4¹⁰⁶.

Sobre o tipo de exercício feito nas instruções militares, Vago comenta que eram executados programas diferentes para alunos e alunas. Segundo o autor, a educação física das meninas consistia em brincadeiras livres pelo pátio para "extensão e reflexão dos músculos executados metodicamente à sombra"¹⁰⁷. Os Relatórios consultados parecem corroborar essas afirmações, uma vez que não fazem menção a qualquer atividade parecida na seção feminina, posterior Instituto Doméstico e Rural. Enquanto isso, as atividades masculinas eram compostas por variações de marchas que ocorriam de acordo com as regras militares estabelecidas. A revista EGATEA de Setembro e Outubro de 1921, comenta que, além dos exercícios de tiro, o Instituto deu licença aos alunos candidatos a reservistas para participarem de uma incursão, ou um "*raid a pé*" de

¹⁰⁵ Ibid., p. 69

¹⁰⁶ Revista EGATEA, Edição de Julho/Agosto de 1921, p. 226.

¹⁰⁷ VAGO, op. cit., p. 35.

aproximadamente 120 quilômetros. A jornada pelo interior da Capital foi minuciosamente descrita na edição da revista, que salientou encontrar-se, entre os obstáculos, "dois arroios um dos quaes vadearam com água pelo pescoço"¹⁰⁸.

Com o avanço da década de 1920 foi difícil acompanhar a evolução dessas atividades, principalmente porque, a partir de 1926, o Instituto adotou um texto padrão sobre seus encargos e funcionamento, alterando somente os dados mais técnicos como número e nomes de alunos inscritos, resultados de exames e informações sobre corpo administrativo da escola. Soma-se a isso o fato dos Relatórios não manterem uma regularidade no fornecimento das informações, o que impossibilitou um acompanhamento mais preciso de como se desempenhou o treinamento militar na trajetória do Instituto. Ainda assim, nos anos de 1922 e 1923 continuam sendo informados os recebimentos das cadernetas de reservistas.

O que se pode depreender desse movimento de militarização do espaço escolar é que, mais uma vez, se estabelece pela legitimação e reforço de um poder estatal preocupado com a capacitação de seus homens. Apenas cidadãos do sexo masculino estariam autorizados a executar as tarefas militares e, posteriormente, servir ao exército, área que se estabelece carregada de elementos da masculinidade hegemônica. Os mesmos heróis citados nos livros didáticos desses alunos, referências da conduta e moral da população, são militares que tomaram o poder do país para instaurar um novo modelo administrativo, a República. É, portanto, nesse contexto, que os símbolos militares são inseridos no currículo escolar, dotados de uma legitimação que impõe e reforça o respeito pela disciplina, mesmo que testando os limites dos estudantes. Mihaely comenta sobre a fascinação que a violência pode causar, mas apenas a violência sob controle, que se estabelece nos exércitos a partir do século XIX e que se consolida pela força e pela autoridade "naturais", executadas pela autoridade¹⁰⁹. Trata-se, deste modo, de um outro tipo de performance que delimita a identidade de gênero desses alunos também a partir de treinamento e execução de uma violência disciplinarizada, que muito tem a contribuir sobre as medidas educacionais adotadas no Instituto e na República como um todo. O novo homem republicano está inserido num projeto de gênero que o cerceia através de incisivos mecanismos.

¹⁰⁸ Revista EGATEA, Edição de Setembro/Outubro de 1921, p. 303

¹⁰⁹ WOLF, Cristina. S. Gênero, Masculinidade e Militarismo: Uma Entrevista com o historiador Gil Mihaely. Revista Esboços, v. 14, nº 17, UFSC, 2007, p. 228.

2.3 - Assistência Médica

Há ainda que se analisar uma outra mudança que se impõe sobre as práticas escolares no início do século XX: a assistência médica fornecida nas escolas públicas. Fatores como a construção de uma nação republicana, a influência dos intelectuais positivistas e a grande projeção dada aos métodos científicos são todos movimentos que contribuem para uma valorização das práticas higienistas, como já citado, e que se refletem também nos cuidados e discursos médicos da época. Stephanou comenta que o início do século ocasionou a proliferação de uma literatura que relacionava educação e medicina. Pode-se pensar, portanto, que o argumento da medicina social e preventiva das moléstias se consagrou em consonância com a atuação médica dentro do espaço escolar. Da mesma maneira o processo inverso ocorreu, tendo a pedagogia muito a dever por sua aproximação com a medicina e suas observações sobre o público discente em geral¹¹⁰.

Os trabalhos consultados de Stephanou, que tratam da medicina e sua relação com o cotidiano escolar, apontam para um fluxo de intersecção dos saberes, em que medicina e pedagogia se auxiliam num movimento de crescimento mútuo. Bastos e Stephanou salientam que, nesse período, as crianças eram consideradas uma espécie de "capital humano", necessitando de cuidados, cultivo e acompanhamento para que se tornassem bons cidadãos no futuro, em que a correção dos possíveis desvios deveria ocorrer o quanto antes¹¹¹. A intervenção e presença médica nas escolas foi adotada com vias de continuar acompanhando a saúde das crianças quando passassem a conviver em espaços longe da família, ou dos cuidados da mãe, nas palavras de Bastos e Stephanou:

As escolas foram se tornando espaços por excelência de identificação, conhecimento, controle e normalização da população infanto-juvenil, em práticas como as aulas de Higiene e ginástica, os Pelotões de Saúde, a inspeção médico-escolar, dentre outros¹¹².

Analisando os periódicos médicos nacionais Stephanou percebe que, entre todos os assuntos de preocupação da medicina, havia grande circulação dos temas referentes

¹¹⁰ STEPHANOU, Maria. Discursos Médicos, Educação e Ciência: Escola e Escolares Sob Exame. Trabalho, Educação e Saúde, v. 4 n. 1, p. 33-64, 2006, p. 34

¹¹¹ BASTOS, Maria Helena Câmara, STEPHANOU, Maria. Infância, Higiene e Educação. Comunicação apresentada pelo GT: História da Educação / n.02, p. 1. Não paginado.

¹¹² Ibid.

aos cuidados da infância em geral, e muitos relacionando-os com educação sanitária escolar. Nesse contexto, a autora comenta que a classe médica passa a interpretar o ambiente educativo como mais adequado ao tratamento preventivo da saúde. Se a educação infantil era a mais efetiva na formação dos indivíduos pela sua influência na antecipação das moléstias, também atuava como irradiadora dos hábitos higiênicos em todo o círculo familiar¹¹³. Ocorre que a experiência de acompanhamento infantil nas escolas mostrou a necessidade de cuidar das crianças doentes e acompanhar as saudáveis, o que levou à necessidade de se instituírem exames médicos preventivos, tratando os males antes que se manifestassem. "A escola, assim, foi um locus fundamental de exercício de uma medicina preventiva em todos os seus aspectos e pôde mostrar os resultados positivos da prática profilática"¹¹⁴.

Nesse aspecto, as fontes evidenciam que o atendimento médico prestado aos Institutos ligados à Escola de Engenharia possuía realmente um caráter preventivo. Ainda assim, levavam adiante o atendimento a doenças, mesmo que para isso fosse necessário prestar consultas nas casas dos estudantes:

Assistencia Medica: Foi grande o movimento nesta secção a cuidado do Dr. Pitta Pinheiro que diariamente, ás 4 horas da tarde attendeu a todos alumnos e demais pessoal do Instituto. Assistiu com maior solitudine aos alumnos enfermos em domicilios¹¹⁵.

Maria Helena Pimenta Rocha elaborou um estudo sobre o método de educação sanitária infantil adotado pelo Instituto de Hygiene de São Paulo em cooperação com a Junta Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller e sua influência na década de 1920. A autora confirma que a aproximação da educação e da medicina foi importante para o enfrentamento dos problemas sanitários no Brasil. A partir do pensamento higienista, influenciar os indivíduos sobre normas de limpeza significava inculcar modos de viver que reproduzissem os princípios científicos em seu cotidiano, sendo a escola, especialmente do ensino primário, o local para onde recorre essa tática¹¹⁶.

Entre as práticas higienistas recomendadas à rotina escolar, se encontrava a revista dos alunos que, segundo Rocha, ocorria regularmente a fim de imprimir sobre os eles os hábitos corretos de asseio e limpeza pessoais. O método diagnosticado pela

¹¹³ STEPHANOU, op. cit., p.35.

¹¹⁴ Ibid. loc. cit.

¹¹⁵ ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1912, p. 62.

¹¹⁶ ROCHA, Helena Pimenta Rocha. Educação Escolar e Higienização da Infância. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 59, p. 39-56, abril 2003, p.42.

autora consistia na verificação de requisitos determinados, elogiando os acertos e corrigindo as falhas de imediato ao início das aulas¹¹⁷. A escola também deveria ser revista, mas enquanto a autora comenta que era avaliada pelos alunos, a única forma de revista a que remetem os Relatórios consultados indica terem sido feitas pelo médico que lá prestava assistência: "Também consta que os Institutos que possuem internato recebem inspeção das condições de higiene frequentemente, condições essas que se mantiveram perfeitas durante o ano"¹¹⁸.

O Relatório de 1922, presta detalhadas informações sobre o funcionamento do consultório médico que atendia tanto a Escola de Engenharia como os demais alunos dos Institutos ligados a ela. O texto desse ano comenta que, além de uma clínica, as dependências do consultório também constituíam lugar da "Hygiene Escolar por meio da inspeção médica". Todos os relatórios apontam que diariamente, durante a manhã, o consultório recebia alunos a serviço de inspeção, sendo o turno da tarde reservado aos serviços propriamente clínicos, ou mesmo a processos cirúrgicos simples¹¹⁹. Os internatos mantidos na Capital pela Escola de Engenharia eram semanalmente inspecionados pelos médicos daquele departamento, em que o Dr. Carlos Pita - diretor do departamento de saúde - assegura sempre atentar para os "preceitos de hygiene prophylatica"¹²⁰ para os quais sempre se empenha, destacando os cuidados pessoais e domiciliares necessários¹²¹.

Ao tratar da Inspeção Escolar executada pelo departamento, é frisado que até o ano de 1922 só havia ocorrido no Instituto Parobé, para além das instituições que possuíam internato, sendo definida sua importância por texto publicado no Relatório:

Reputado auctor de um Tratado de Hygiene Escolar diz: <<um consideravel movimento se tem feito n'estes ultimos annos em favor da vigilancia activa das escolas e dos escolares no ponto de vista da Hygiene; pode-se dizer que esta preocupação foi universal e assistimos actualmente em todos os paizes civilisados a uma verdadeira campanha pela protecção da saude dos escolares; a frequencia escolar, o lugar da escola na vida social, tem decidido, em quasi todos os paizes, os poderes publicos a fazer da Escola uma instituição em que a saude dos alumnos seja vigiada com attenção, em que o seu desenvolvimento physico seja objecto de tantos cuidados quanto seu

¹¹⁷ Ibid., p. 49,50.

¹¹⁸ ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1922, p. 5.

¹¹⁹ Ibid, p. 4.

¹²⁰ A Medicina Profilática se ocupa das medidas preventivas à preservação da saúde.

¹²¹ ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, op. cit., loc. cit.

desenvolvimento intellectual e onde elles tomassem exemplos e habitos de hygiene que mais tarde poderiam tambem applicar a sua Familia.>>¹²².

Esse mesmo texto segue comentando os beneficios dos serviços prestados pelo departamento médico, beneficios esses que andavam em consonância com os "progressos da civilização", e que agora integrava a inspeção, prática que já vinha produzindo "grande copia de beneficios á população escolar". Sobre a execução dessa inspeção escolar, o relatório aponta que não se dava apenas sobre os alunos, mas também englobava as aulas, que corriam bem, mas receberiam, aos poucos, as alterações que a ciência e a prática aconselhassem¹²³.

Sobre a importância de se manter o hábito das consultas e inspeções nas instituições escolares atendidas, o texto do Departamento de Saúde afirma que assistia todo o corpo docente e funcionários que requeressem licença ou que se candidatassem ao funcionalismo. Ainda é salientado que todos os exames meticulosos expedidos pelas inspeções de saúde geral eram depois guardados no arquivo do Departamento, com fins de se manter um histórico de todos os pacientes. Histórico que também é alimentado com fichas individuais dos alunos, sendo a partir dessas práticas preventivas que o Departamento adere à ação profilática tirando dela o maior proveito na prevenção da saúde da coletividade. Um último comentário sobre as observações do texto de 1922 é digno de nota no que tange a preocupação sobre a transmissão da tuberculose entre a comunidade escolar. O Dr. João Pitta destaca o fato de nenhum portador dessa moléstia ser admitido nas dependências de qualquer escola. A preocupação com essa doença era tamanha, que o mais longo parágrafo dedicado a comentar as atividades do Gabinete de Odontologia aborda as relações entre infecções de origem dentária e o possível favorecimento dessas à incubação de infecções tuberculosas¹²⁴.

Nesse sentido, tanto as técnicas profiláticas, quanto as demais providências tomadas em virtude da higiene e saúde dos alunos do Instituto e demais estabelecimentos coincidem com as assertivas de Foucault a respeito do crescente interesse na assepsia da população num contexto de afirmação capitalista. Enquanto as atividades físicas se apoiavam numa *anátomo-política* sobre o corpo, pode-se dizer que a assistência médica e, especialmente, as fichas, exames e demais dados coletados e organizados em relação ao público escolar constituem o segundo eixo em que a

¹²² ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1922, p. 9.

¹²³ Ibid., p. 10.

¹²⁴ ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1922, p. 11- 13.

regulação da sexualidade se executa, expressando uma *bio-política*. A partir disso é constatada uma força política no sexo - considerando que a vida gira em torno da sexualidade - que passa a integrar campanhas ideológicas sobre os cuidados e controle do corpo, o que o autor denomina de *bio-poder*. Além disso, concordo com Stephanou quando remete aos argumentos de Vigiar e Punir, associando a prática de escolas aplicarem testes médicos a um “observatório da multiplicidade humana”, em que mecanismos disciplinares dão conta da análise e cuidado de todos os indivíduos e também de cada um deles¹²⁵. Essa constante observação dos discentes atesta se manter e crescer ao longo dos anos, quando se percebe que aulas de Educação Sanitária passam a compor o currículo do Instituto a partir de 1930¹²⁶.

Certamente não se pode tentar compreender os traços das masculinidades exercidas no passado sem que se considere as diversas práticas que as moldam e as preenchem de significado. Não foi objetivo desse breve trabalho investigar meticulosamente os tipos de exames elaborados em relação aos alunos do Instituto, nem suas fichas restam guardadas para que se verifique os apontamentos relevantes ao corpo médico que eram registradas. No entanto, é possível compreender que todas essas tecnologias mobilizadas em torno da prevenção de doenças e do tratamento adequado a elas também compõem práticas que influenciam suas performances. Mais do que isso, a medicina enquanto ciência, registra e seleciona os hábitos e condutas que considera patológicas, regulando assim, por consequência, o normal.

Louro resume de forma muito contundente a teoria de Foucault acerca da forma como interpretamos o corpo¹²⁷. Se a sexualidade é construída a partir dos discursos e conhecimentos que elaboramos sobre do corpo, as relações de poder passam a se utilizar dessas capacidades, elaborando e estimulando mecanismos de controle que não se baseiam na omissão de seu potencial, mas pelo contrário, o administram. Assim, esse controle cada vez mais global exercido sobre os alunos visa regular suas formas de expressão, ou condutas, pela disciplina, o que intenta produzir uma identidade que reforça a masculinidade hegemônica e, por consequência, o sistema capitalista patriarcal que ela corrobora. Percebe-se que nenhuma dessas tarefas a que são submetidos os estudantes visa conter suas práticas corporais ou reprimir suas performances. Pelo

¹²⁵ STEPHANOU, 2006, p. 50.

¹²⁶ Revista EGATEA, Edição de Julho/Agosto de 1930, p. 259.

¹²⁷ LOURO, Guarcira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade. Tomaz Tadeu da Silva (trad.), 2ª Edição, Autêntica, Belo Horizonte, 2000. Não paginado.

contrário, é mais proveitoso à manutenção das relações de poder que essas práticas gerem ações e produzam hábitos que sejam proveitosos ao sistema vigente. Alunos treinados, em forma para o trabalho, aptos ao serviço militar, sendo registrados e controlados pela medicina formam o ideal de cidadão republicano. Por fim, é valioso recorrer ao argumento de Butler, quando afirma que o fato da reiteração das normas ser necessário é uma prova de que sua materialização não é nunca totalmente completa, em suas palavras:

(...) os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta. Na verdade, são as instabilidades, as possibilidades de rematerialização, abertas por esse processo, que marcam um domínio no qual a força da lei regulatória pode se voltar contra ela mesma para gerar rearticulações que colocam em questão a força hegemônica daquela mesma lei regulatória¹²⁸.

¹²⁸ BUTLER, Judith. op. cit. Não paginado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto Parobé surgiu como centro profissionalizante para suprir a demanda de especialização de mão de obra do incipiente movimento industrial da capital rio-grandense. Diretamente ligado aos técnicos responsáveis pela Escola de Engenharia e, conseqüentemente, aos políticos do PRR, realizou um projeto de formação de operários especializados em consonância com as necessidades da classe dirigente. Estando de acordo com os movimentos de modernização da instrução pública vigentes na Primeira República, procurou executar entre o corpo de alunos um programa que extrapolasse os saberes técnicos e desse conta de uma educação global - moral, física e intelectual - dos estudantes. Os diplomados pelo Instituto saíam dali prontos a exercerem cargos de chefes de oficinas especializados em um ofício - escolhido ao longo do curso técnico.

Mas além da especialização manual que aprendiam nas oficinas, muitos outros saberes eram ali desempenhados e exigidos. A formação global intentava moldar diversos âmbitos da vida dos estudantes, incluindo os que não apareciam explicitamente em seu programa, como é o caso da sexualidade. O trabalhador livre do novo modelo político brasileiro deveria receber uma educação moderna e conectada aos avanços científicos e medicinais da época.

Levando esses raciocínios em consideração, foram abordados dois eixos do currículo do Instituto para avaliar de que formas o ideal de aluno também refletia o ideal de masculinidade da época. De um lado, destacaram-se nas fontes a formação moral dos alunos. A partir do chamado "culto à personalidade" foram erigidos exemplos de homens politicamente destacados, em especial os ligados ao projeto republicano e ao cenário local, para que servissem como exemplo de conduta, ética e honra aos estudantes. Esses líderes seriam, assim, inspiração do respeito e da autoridade a que deveriam se dedicar os estudantes. Mais do que isso, os heróis da pátria representavam a masculinidade hegemônica da época e, a partir da submissão e perseguição de seus exemplos, era possível que os alunos do Instituto experimentassem uma ascensão social autorizada se bem sucedidos no curso. Ainda, as disciplinas de Educação Moral e Deveres Cívicos estimulavam entre eles o sentimento nacionalista e se executavam nos campos formais e não formais do Instituto, demarcando frequentemente o imaginário republicano. Era necessário ao Estado que os futuros trabalhadores compreendessem

que deveriam contribuir para o progresso do país e a educação moral era apenas um desses mecanismos docilizadores utilizados.

No segundo capítulo foram abordados os espaços de disciplinarização dos corpos dentro do Instituto. Estando a masculinidade diretamente conectada com os desempenhos corpóreos, foi possível refletir sobre as práticas higienistas relacionadas aos exercícios físicos e ao atendimento médico ali desempenhados.

Os exercícios físicos foram trazidos para os currículos escolares como atividades preparatórias dos corpos para o trabalho. Deveriam combater os maus hábitos, como a preguiça, e disseminar o asseio e disciplina do corpo entre os homens. Além do mais, as atividades desportivas, ou a ginástica, e as competições possuíam relação direta com a virilidade, que poderia ser abalada pelo mal desempenho das performances, desafiando a capacidade dos alunos e direcionando suas energias. Com o passar do tempo, os exercícios físicos também incorporaram o treinamento militar ao currículo. Nota-se que o estado republicano dava grande importância ao exército e, necessitando reformá-lo, adotou o treinamento de pelotões nas instituições educacionais. Talvez essa seja a expressão mais notável da virilidade do Instituto. As atividades militares se pautam pela violência controlada e carregavam diversos símbolos da masculinidade hegemônica, tanto que eram direcionadas exclusivamente aos homens, exercendo respeitabilidade pela força e pela ordem. Finalmente, essa análise se encerra considerando a importância do Departamento de Saúde que atendia toda a rede de instituições ligadas à Escola de Engenharia. O controle e disciplinarização dos corpos também foi executado pela prevenção e tratamento de doenças que atingissem os alunos, bem como pela disseminação de noções de higiene, essenciais a esse modelo ideal de homem trabalhador. O cuidado e monitoramento das condições do corpo está intimamente ligado ao controle da sexualidade, afinal, ao observá-la é possível definir, pautando-se pelo discurso científico, o que é patológico e o que é normal. Assim, a assistência médica de insere num eficaz contexto de controle da população, bem como todos os outros recursos e tecnologias mobilizados para instruir os alunos.

Por fim, é importante ressaltar uma vez mais que essas interpretações não dão conta de esgotar as questões concernentes à sexualidade ou às identidades de gênero dos alunos do Instituto. Existem sempre incontáveis possibilidades de negociação, conflitos e resistências que podem se operar dentro dos projetos de gênero, inclusive contestando-

os. A tentativa desse estudo foi estabelecer modestas ponderações sobre o potencial efeito de políticas disciplinadoras sobre aqueles estudantes.

Existem ainda muitas questões que podem e merecem ser exploradas sobre a história dessa importante instituição profissionalizante, mas que não foram abordadas nesse estudo. A análise iconográfica e seu cruzamento com outras fontes podem produzir interessantes resultados sobre informações que aparecem nas fotos do Instituto, mas que não são abordadas pelos textos. Além do mais, as fontes que restam no arquivo ainda sem serem exploradas muito tem a esclarecer sobre o período posterior à Primeira República, e permanecem a espera de um estudo mais apurado.

FONTES CONSULTADAS

- ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1912, Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1913.
- ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1919, Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920.
- ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1921, Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922.
- ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1922, Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre 1923.
- ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1923, Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1924.
- ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1925, Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1926.
- ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1926, Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1927.
- ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1927, Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1928.
- ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Relatório referente ao ano de 1929, Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1930.
- ESCOLA DE ENGENHARIA DE PORTO ALEGRE, Revista EGATEA. Fotocópias: 1915 - 1930, Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, sexualidade e poder. Comunicação apresentada no simpósio “*Panorama da Antropologia Portuguesa*”, Associação Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro, 1995.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. Amada pátria idolatrada: um estudo da obra: Porque me ufano do meu país, de Affonso Celso (1900). *Educar em Revista*, Curitiba, n. 20, p. 245-260. 2002. Editora UFPR.

BASTOS, Maria Helena Câmara, STEPHANOU, Maria. Infância, Higiene e Educação. Comunicação apresentada pelo *GT: História da Educação / n.02*, p. 1. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt02/gt02-97--int.doc> Acesso em 2 de Outubro de 2013.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade*. Tomaz Tadeu da Silva (trad.), 2ª Edição, Autêntica, Belo Horizonte, 2000, p. 151-176.

CAMPOS, Daniela de. O ensino profissional do rio grande do sul no início do século XX. In: CAMPOS, Daniela de. *O ensino profissional no Brasil e a criação do SENAI: o caso do Rio Grande do Sul*, 2004. 166p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

CARDOSO, Sérgio Ricardo Pereira. História do Rio Grande do Sul Para o Ensino Cívico: um instrumento republicano de construção do imaginário social gaúcho. *Cadernos do LEPAARQ -Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*. V. III, nº 5/6. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. 2006.

CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida. A Masculinidade em Connell: os mecanismos de pensamento articuladores de sua abordagem teórica. *XIII Encontro de História Anpuh-Rio*, 2008. Disponível em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212953291_ARQUIVO_ComunicacaoSilviodeAlmeidaCarvalhoFilho.pdf> Acesso em 6 de Setembro de 2013.

CASTRO, Celso. In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil. *Antropolítica*, Niterói, RJ, n. 2, p. 61-78, 1º sem., 1997.

CONNELL, R. W. *Masculinities*. Second edition. University of California Press. Berkeley and Los Angeles, California, 2005.

_____. R. W. Políticas da Masculinidade. Educação e Realidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206. jul./dez., 1995.

CORSETTI, Berenice. Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930). *Cadernos de Educação*, FaE/PPGE/UFPEL, Pelotas [31]: 55 - 69, julho/dezembro 2008.

_____. O pensamento social e educacional no rio grande do sul da primeira república. Comunicação apresentada no *IV Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2006. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo06/Berenice%20Corsetti%20-%20Texto.pdf>> Acessado em 10 de Outubro de 2013.

CUNHA JR, Carlos F. Ferreira da. *Revista Digital* - Buenos Aires - Año 13 - Nº 123 - Agosto de 2008, Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>>, Acesso em 24 de Agosto de 2013. Não paginado.

GOIS JR, Edivaldo. Os higienistas e a Educação Física: a história de seus ideais. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: PPGEF, Universidade Gama Filho, 2000.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai. MOROSINI, Marília Costa. Escola de Engenharia de Porto Alegre (1896-1934): hegemonia política na construção da universidade. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 19, p. 39-57, abr. 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Trad. Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; trad. Raquel Ramallete. 39 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GUSMÃO, Emery Marques. Contribuições de Silvio Romero para o currículo da escola elementar no século XIX. *Educação em Revista*, Marília, v. 11, n. 2, p. 53-74, Jul.-Dez., 2010. Disponível em:

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/viewFile/2321/1906>> Acesso em 2 de Setembro de 2013.

HEINZ, Flávio M. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública. *Rev. Bras. Hist.*, 2009, vol. 29, n. 58, pp. 263-289.

LIMA, Raquel Rodrigues. Liceu Parobé: um instituto das artes e ofícios. In: *Os Liceus de Artes e Ofícios do Rio Grande do Sul: 1900-1930*. Porto Alegre: UFRGS, 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - UFRGS, Porto Alegre, 1995.

LOURO, Guarcira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade*. Tomaz Tadeu da Silva (trad.), 2ª Edição, Autêntica, Belo Horizonte, 2000, p. 7-34.

_____. Guacira Lopes. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. *Revista Projeto História*, São Paulo, (11) nov. 1994. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/11412/8317%E2%80%8E>>. Acesso em 11 de Setembro de 2013.

MACIEL JUNIOR, Plínio de Almenida. *Tornar-se homem, o projeto masculino na perspectiva de gênero*. Doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Racionalização da produção e ensino profissional: a aliança entre o governo e o capital (RS: 1889-1930). *Revista Análise Econômica*. 1990, ano 8, n. 13, pp. 145 -159.

PESAVENTO, Sandra. Um discurso científico sobre a cidade: A Revista EGATEA da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1914-1930). *Anais do Encontro Nacional da ANPUR - Porto Alegre*, v. 8 (1999).

POPKEWITZ, Thomas S. História do Currículo, regulação social e poder. In: SILVA, Tomáz Tadeu da (org). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

QUEIRÓS, Cezar. *O Governo do Partido Republicano Rio-Grandense e a Questão Social* (1895-1919), p. 22. Disponível em:
<<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/arquivos/queiros.pdf>> Acesso em 1 de Novembro

RIBEIRO JR. João. Uma análise epistemológica da práxis educativa positivista. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.20, p. 120 - 132, dez. 2005. Disponível em:
<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/20/art12_20.pdf> Acesso em 23 de Outubro de 2013.

ROCHA, Helena Pimenta Rocha. Educação Escolar e Higienização da Infância. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59, p. 39-56, abril 2003 Disponível em
<<http://www.cedes.unicamp.br>> Acessado em 30 de Outubro de 2013.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila (trad.), 1989, p. 1-35. Disponível em:
<http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf> Acesso em 11 de Agosto de 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Cadernos Cedes*, ano XX, no52, novembro/2000.

STEPHANOU, Maria. Aprender trabalhando: a experiência do Instituto Técnico Profissional Parobé (1907-1930). In: *Histórias e memórias da educação do Rio Grande do Sul*. BASTOS, Maria Helena Camara, TAMBARA, Elomar, KREUTZ, Lucio (orgs.), Pelotas, Seiva, 2002.

_____. Maria. *Forjando novos trabalhadores: a experiência do ensino técnico-profissional no Rio Grande do Sul (1890/1930)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 1990.

_____. Maria. *Discursos Médicos, Educação e Ciência: Escola e Escolares Sob Exame*. Trabalho, Educação e Saúde, v. 4 n. 1, p. 33-64, 2006.

VAGO, Tarcísio Mauro. Início e fim do século XX: Maneiras de fazer educação física na escola. *Cadernos Cedes*, ano XIX, n. 48, Agosto/99.

VIEIRA, Cleber Santos. Civismo, República e Manuais Escolares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 325-340, 2012.

WAZLAWOSKI, Monica Franciele. *A engenharia como profissão: o profissional de engenharia através das páginas da revista EGATEA e do Boletim da Sociedade de Engenharia do Rio Grande Do Sul (1914-1941)*. Porto Alegre: PUCRS, 2011.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, G. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade*. Tomaz Tadeu da Silva (trad.), 2ª Edição, Autêntica, Belo Horizonte, 2000, p. 35-82.

WOLF, Cristina. S. Gênero, Masculinidade e Militarismo: Uma Entrevista com o historiador Gil Mihaely. *Revista Esboços*, v. 14, nº 17, UFSC, 2007, p. 219-233.